



Documento apresentado para discussão

**II Encontro Nacional de Produtores
e Usuários de Informações Sociais,
Econômicas e Territoriais**

Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006

Finanças Públicas dos Municípios do Estado de São Paulo

Cimar Alejandro Prieto Aparicio (Fundação Seade)

Resumo

O trabalho apresenta a metodologia e alguns resultados relevantes da Pesquisa Municipal Unificada (PMU) sobre as Finanças Públicas dos Municípios do Estado de São Paulo, realizada pela Fundação Seade. Destacamos as informações obtidas nos levantamentos de 1999 e 2003 sobre a composição da Receita Arrecadada e da Despesa Realizada.

1. Introdução

O trabalho apresenta a metodologia e alguns resultados relevantes da Pesquisa Municipal Unificada sobre Finanças Públicas Municipais, realizada pela Fundação Seade.

A PMU objetiva ser uma pesquisa censitária que, bienalmente, percorre todos os municípios paulistas para coletar informações relevantes sobre gestão municipal. Investiga a capacidade organizacional, administrativa e financeira das Prefeituras, além da realidade socioeconômica, cultural e urbana municipal, por meio de levantamentos realizados em todos os municípios do Estado. É um método abrangente de conhecimento da realidade das administrações municipais paulistas.

O tema Finanças Públicas Municipais é basicamente formado pelos subtemas: receita arrecadada, despesa realizada segundo a natureza, despesa realizada segundo a função, endividamento. A pesquisa sofre algumas modificações relevantes a partir de 1999. O questionário incorpora dois novos subtemas relacionados à gestão das contas públicas do município: a administração tributária e a estrutura de comunicações e informática da área de Finanças.

A pesquisa tem o objetivo de coletar dados das administrações públicas municipais que permitam a produção de informações sobre:

- fontes de financiamento dos gastos dos municípios, por meio do levantamento das receitas próprias, transferidas e do endividamento;
- destinação dada a esses gastos, com a pesquisa da despesa segundo a natureza e segundo a função (áreas de atuação governamental);
- administração tributária, destacando-se os dados sobre tributação imobiliária, tributação mobiliária e incentivos à atração de investimentos;
- organização dos serviços de comunicação e informática da área financeira.

Destacamos os resultados sobre as fontes de financiamento das receitas e a composição das despesas dos municípios paulistas.

2. Metodologia e dados

2.1. Métodos

Os dados de receita arrecadada, despesa realizada segundo a natureza e segundo a função são extraídos da execução orçamentária do município, conforme a Lei 4.320/64, e obtidos por meio de questionário próprio a ser respondido pela Prefeitura municipal. As

questões sobre receita e despesa são preenchidas com os dados consolidados, referentes a todos os órgãos, fundos ou entidades da administração direta, autárquica e fundacional.

A Prefeitura preenche o questionário e envia-o à Fundação Seade. A equipe da operação de campo recebe os questionários e integra os dados ao programa computacional específico. Realiza-se uma primeira consistência dos dados informados pelas Prefeituras. Se há algum erro, solicita-se à Prefeitura o balanço original para retificar as informações recebidas.

Os municípios que apresentam dados consistentes são novamente avaliados para a validação dos dados. Nessa etapa, utilizamos os dados fornecidos pelo convênio com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para verificar a confiabilidade dos dados consistidos.

2.1.1. Subtemas

Em 2003, há quatro grandes subtemas sobre as Finanças Públicas dos municípios paulistas: Receita Arrecadada; Despesa Realizada; Administração Tributária; Comunicações e Informática.

O subtema Receita Arrecadada é pesquisado por meio de um questionário atualizado, para o exercício de 2003, pela Portaria nº 300 da STN. Um ponto relevante neste subtema é a caracterização das “Demais Transferências da União, “Outras Transferências do Estado” e “Transferências de Convênios”.

O questionário apresenta uma seleção das principais transferências, pré-identificadas com código, nome do órgão fornecedor dos recursos e o objetivo para o qual se fez o repasse. As transferências são agrupadas em:

- Demais Transferências da União (Correntes)
- Transferências da União (Capital)
- Outras Transferências do Estado (Correntes)
- Transferências do Estado (Capital)
- Transferências de Convênios da União e suas Entidades (Correntes)
- Transferências de Convênios do Estado e suas Entidades (Correntes)
- Transferências de Convênios da União e suas Entidades (Capital)
- Transferências de Convênios do Estado e suas Entidades (Capital)

As demais transferências não previstas no questionário são informadas em um quadro à parte, a ser preenchido pela Prefeitura. Desse modo, podemos conhecer a destinação de todos os recursos recebidos por transferências.

Outro subtema é a Despesa Realizada, cujo levantamento é dividido nos seguintes subitens: despesa realizada segundo a natureza; unidades orçamentárias cujas despesas estão consolidadas no subitem anterior; demonstrativo das funções e subfunções; discriminação das funções e subfunções (complementação do subitem anterior).

O questionário sobre despesa realizada segundo a natureza e despesa realizada segundo a função segue, respectivamente, a regulamentação definida pela Portaria Interministerial nº 163 e Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão.

No subtema Administração Tributária, a pesquisa sobre a gestão da tributação imobiliária e mobiliária é estruturada por meio de questões qualitativas sobre as características das alíquotas de impostos selecionados. Para a tributação imobiliária, consideramos o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens “Inter-Vivos” (ITBI). O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) permite a caracterização da tributação mobiliária.

A pesquisa sobre incentivos à atração de investimentos também se compõe de questões qualitativas sobre legislação, benefícios tributários e não-tributários oferecidos pela Prefeitura.

Finalmente, o subtema Comunicações e Informática segue a mesma metodologia do subtema Administração Tributária, com questões a respeito de: serviços de atendimento ao público por comunicação à distância; sistemas e cadastros de tributos informatizados; formas de utilização da Internet pelos órgãos administrativos e gerenciais da área de Finanças.

3. Resultados

Os resultados apresentados nesta edição da PMU referem-se aos temas Receita Arrecadada e Despesa Realizada segundo a natureza e segundo funções e subfunções de governo. Neste trabalho, é destacada a abordagem da composição das receitas e despesas municipais.

3.1. Receita Arrecadada

Nesta análise da receita e da despesa orçamentária, os municípios são apresentados de acordo com o porte populacional. O único município destacado individualmente é São Paulo, devido a sua elevada importância na receita e despesa total dos municípios paulistas. São Paulo foi excluído do grupo de municípios com população superior a 500 mil habitantes.

Porte Populacional dos Municípios	Nº de Municípios
Estado de São Paulo	645
Município de São Paulo	1
De 500.001 habitantes e mais	8
De 250.001 a 500.000 habitantes	16
De 100.001 a 250.000 habitantes	40
De 50.001 a 100.000 habitantes	54
De 20.001 a 50.000 habitantes	120
De 10.001 a 20.000 habitantes	114
De 5.001 a 10.000 habitantes	118
Até 5.000 habitantes	174

Fonte: Fundação Seade.

A receita arrecadada é apresentada segundo a origem dos recursos que a compõem. Segundo essa abordagem, podemos classificar a receita como receita própria, receita transferida e receita por operações de crédito. A receita própria corresponde à arrecadação de competência direta da própria prefeitura. A receita transferida é o conjunto de recursos financeiros recebidos de outras esferas de governo (União, Estados, Municípios, entidades ou fundos multigovernamentais: Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ICMS, FUNDEF), de Instituições Privadas, do Exterior, de Pessoas e de Convênios. Por último, a receita por operações de crédito¹ é constituída pelos empréstimos e financiamentos internos ou externos.

Os componentes da receita própria são: Receita Tributária; Receitas de Contribuições Sociais e Econômicas; Receita Patrimonial; Receitas Agropecuária, Industrial e de Serviços; Outras Receitas Correntes; Alienação de Bens; Amortização de Empréstimos; Outras Receitas de Capital.

Desse modo, a receita própria é um conjunto de receitas correntes e de capital. A principal fonte de recursos próprios dos municípios é a receita tributária.

¹ As operações de crédito são uma modalidade de receita de capital. No balanço orçamentário, não se registram as operações de crédito por antecipação de receita, pois constituem uma receita extra-orçamentária.

A receita transferida é composta basicamente pelas transferências correntes realizadas pelos governos federal e estadual, garantidas pela Constituição de 1988. As transferências mais relevantes para os municípios são a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Cota-Parte do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), distribuídas respectivamente pela União e pelo Estado. A Cota-Parte do FPM é calculada a partir da população municipal, de modo inversamente proporcional. Observa-se que, quanto menor é o porte populacional, maior é a participação da Cota-Parte do FPM na receita total. Diferentemente da Cota-Parte do FPM, a Cota-Parte do ICMS depende do nível de atividade econômica do município. É definida pelo Índice de Participação dos Municípios no ICMS, sendo que o item mais importante na definição desse índice é o valor adicionado fiscal. Calculado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, corresponde, para cada município, à diferença entre o valor das saídas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação prestados no seu território, e o valor das entradas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação adquiridos, em cada ano civil.

No período 1999/2003, diminui a importância da receita transferida na composição da receita arrecadada dos municípios paulistas (Tabela 2). Em 1999, a receita transferida é maior que a receita própria para todos os portes populacionais, exceto o município de São Paulo. Em 2003, os municípios dos dois maiores portes populacionais passam a ter uma receita própria maior que a transferida.

Porte Populacional dos Municípios	Receita Própria		Receita Transferida (1)		Operações de Crédito		Receita Total
	1999	2003	1999	2003	1999	2003	
Estado de São Paulo	42,7%	47,7%	56,4%	51,0%	0,9%	1,3%	100,0%
Município de São Paulo	55,5%	57,6%	42,7%	39,0%	1,8%	3,4%	100,0%
De 500.001 habitantes e mais	38,3%	50,8%	61,1%	49,1%	0,6%	0,1%	100,0%
De 250.001 a 500.000 habitantes	44,6%	51,1%	55,2%	48,5%	0,2%	0,4%	100,0%
De 100.001 a 250.000 habitantes	35,3%	45,6%	64,4%	54,3%	0,4%	0,1%	100,0%
De 50.001 a 100.000 habitantes	33,5%	36,8%	65,9%	63,0%	0,6%	0,2%	100,0%
De 20.001 a 50.000 habitantes	29,3%	32,0%	70,4%	68,0%	0,3%	0,1%	100,0%
De 10.001 a 20.000 habitantes	18,9%	21,8%	81,1%	78,2%	0,0%	0,0%	100,0%
De 5.001 a 10.000 habitantes	17,7%	19,7%	82,1%	80,3%	0,2%	0,0%	100,0%
Até 5.000 habitantes	10,5%	11,1%	89,3%	88,9%	0,1%	0,0%	100,0%

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada - PMU.
(1) Valor líquido, devido à dedução de receita para a formação do Fundef.

Nota-se que as principais mudanças da composição da receita arrecadada ocorrem nos municípios pertencentes aos portes populacionais acima de 100 mil habitantes. Em 2003, os grupos de municípios com porte populacional entre 250 mil e 500 mil habitantes e superior a 500 mil habitantes apresentam uma receita própria superior à receita

transferida, devido a um forte crescimento da receita própria no período. Aumenta consideravelmente a importância da receita própria na receita total dos municípios com população entre 100 mil e 250 mil habitantes, embora a receita transferida continue sendo a principal origem de recursos para esse grupo de municípios.

Entre outras causas, uma das mais relevantes para o aumento da receita própria é a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. A Lei Fiscal estabelece limites e condições para: execução orçamentária, execução orçamentária do regime próprio de previdência, restos a pagar, restos a pagar no último ano de mandato, dívida consolidada líquida, despesas com pessoal, despesas com pessoal no último ano de mandato, operações de crédito e alienação de ativos. A partir de 2000, tais exigências levam os municípios a se empenhar na melhoria dos diversos mecanismos de arrecadação própria, que estão sob seu controle.

A receita corrente líquida - RCL é a base de cálculo de todos os limites da LRF. A RCL é a receita corrente com a dedução das duplicidades, tais como as transferências intragovernamentais, transferências ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e contribuições de servidores municipais aos institutos de previdência e assistência social.

Para os gastos com pessoal, item de maior peso nas despesas públicas, a LRF estabelece que o limite total de gastos com pessoal dos municípios é de 60% da receita corrente líquida (RCL), sendo 54% para o Poder Executivo Municipal e 6% para o Poder Legislativo Municipal. Dentro da receita corrente líquida, somente os componentes da receita própria, que estão sob controle direto dos municípios, podem ser ampliados pela ação das administrações públicas municipais, o que de fato ocorre, conforme mostram os dados apresentados nesta análise.

Contudo, apesar do aumento generalizado da receita própria, a receita ainda depende das transferências para os municípios de pequeno e médio porte populacional, com população abaixo de 250 mil habitantes.

Algumas receitas transferidas são vinculadas a determinadas aplicações de saúde e educação, o que também ocorre com a receita própria. Como exemplo, podemos citar a transferência de recursos do FUNDEF, aplicada exclusivamente no ensino fundamental.

As operações de crédito são pouco utilizadas pelos municípios paulistas entre 1999 e 2003. Isso se deve ao limite, definido pela LRF, de utilização das operações de crédito. Tais operações não podem exceder o montante das despesas de capital.

3.1.1. Municípios com população até 250 mil habitantes

A receita arrecadada dos grupos de municípios com população até 250 mil habitantes depende essencialmente das transferências de receita. À medida que diminui a população do município, maior é a importância da receita transferida.

As principais transferências para esses municípios são, em primeiro lugar, a Cota-Parte do FPM, devido ao seu critério de distribuição, e, em seguida, a Cota-Parte do ICMS.

Embora muitos municípios pequenos sejam agrícolas, alguns deles são beneficiados com um elevado valor de repasse da Cota-Parte do ICMS por possuírem uma indústria ou prestadora de serviços de grande porte. Finalmente, para alguns municípios de baixo porte populacional, as transferências de recursos do FUNDEF também são uma importante fonte de receita.

A maioria desses municípios apresenta uma baixa receita tributária (Tabela 3), tanto em 1999 quanto em 2003.

Tabela 3 – Participação da Receita Tributária na Receita Total, segundo Porte Populacional – Estado de São Paulo – 1999/2003		
Porte Populacional dos Municípios	Receita Tributária	
	1999	2003
Estado de São Paulo	31,8%	31,7%
Município de São Paulo	45,0%	46,8%
De 500.001 habitantes e mais	25,1%	27,9%
De 250.001 a 500.000 habitantes	32,7%	31,1%
De 100.001 a 250.000 habitantes	26,4%	23,6%
De 50.001 a 100.000 habitantes	22,6%	21,7%
De 20.001 a 50.000 habitantes	16,6%	17,0%
De 10.001 a 20.000 habitantes	9,2%	11,5%
De 5.001 a 10.000 habitantes	8,6%	10,0%
Até 5.000 habitantes	3,6%	4,5%

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada - PMU.

Observa-se que, de modo geral, os impostos mais importantes para a arrecadação tributária são o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). As estâncias turísticas, como Bertioxa, apresentam elevada arrecadação do IPTU e, individualmente, possuem receita própria maior que a transferida. Isso se deve ao fato de que esses municípios possuem uma grande quantidade de imóveis pertencentes a não-residentes. O ISS depende do nível de atividade econômica e, de modo geral, é mais importante para os municípios de elevado porte populacional.

3.1.2. Municípios com população superior a 250 mil habitantes

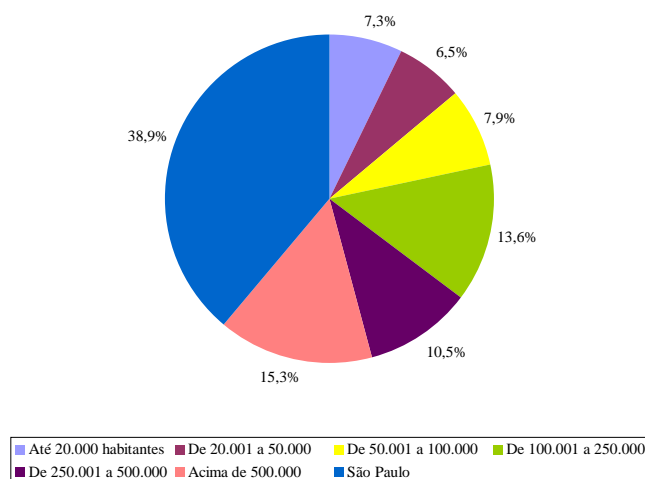
A receita arrecadada dos maiores municípios é predominantemente própria. Em 2003, nota-se que os grupos de municípios com população acima de 250 mil habitantes possuem uma receita própria maior que a transferida.

A principal fonte de receita própria desses municípios é a arrecadação tributária. Para os municípios de porte populacional superior a 500 mil habitantes, a receita tributária cresce proporcionalmente entre 1999 e 2003. Tal crescimento se deve ao esforço desses municípios para elevar a receita arrecadada e, assim, cumprir os limites de gastos definidos pela LRF.

Na capital paulista, 58% dos recursos financeiros arrecadados são próprios, 39% são receitas transferidas e 3% são originários das operações de crédito. Cerca de 47% da receita total provém da arrecadação tributária.

Vejamos a participação dos grupos de municípios na receita total do conjunto dos municípios. Entre 1999 e 2003, a estrutura da composição da participação dos grupos na receita arrecadada total praticamente não sofre alterações. Em 2003, o município de São Paulo concentra um pouco mais de 35% da receita total de todos os municípios paulistas.

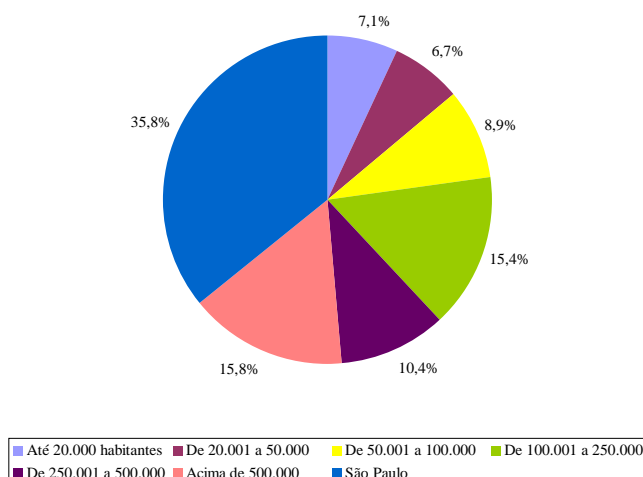
Gráfico 1 – Participação na Receita Total, segundo Porte Populacional – 1999



Nota-se que, aproximadamente, 50% da receita estão concentrados nos nove maiores municípios, isto é, São Paulo e os municípios do grupo com população superior a 500 mil habitantes: Guarulhos, Campinas, São Bernardo do Campo, Osasco, Santo André, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto. Esses mesmos municípios são

responsáveis por 47% do PIB estadual. Os outros 636 municípios do Estado ficam com a outra metade da receita total do Estado.

Gráfico 2 – Participação na Receita Total, segundo Porte Populacional – 2003



3.2. Despesa Realizada segundo a Natureza

Entre 1999 e 2003, há uma padronização dos gastos realizados pelos municípios ao observarmos a despesa realizada segundo a natureza². Estruturalmente, as despesas correntes são maiores que as despesas de capital. A composição das despesas correntes e de capital apresenta estrutura semelhante para todos os grupos de municípios, com exceção do município de São Paulo.

As despesas correntes são os gastos realizados pela administração pública para a manutenção e o funcionamento de seus diversos órgãos. Destacam-se os gastos com funcionalismo público (denominados como Pessoal e Encargos Sociais), juros e encargos da dívida e, finalmente, outras despesas correntes, como a aquisição de material de consumo, serviços terceirizados, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e obrigações tributárias. As despesas de capital são as despesas que contribuem para formar um bem de capital ou acrescentar valor a um bem existente, tais como os investimentos em obras públicas.

Entre 1999 e 2003, observa-se que as despesas correntes dos municípios são o principal componente da despesa realizada (Tabela 4).

² Classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001. Começa a vigorar para os municípios em 2002.

Tabela 4 – Despesa Municipal Realizada, por Categoria Econômica, segundo Porte Populacional – Estado de São Paulo – 1999/2003					
Porte Populacional dos Municípios	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Despesa Total
	1999	2003	1999	2003	
Estado de São Paulo	87,4%	87,0%	12,6%	13,0%	100,0%
Município de São Paulo	85,1%	85,8%	14,9%	14,2%	100,0%
De 500.001 habitantes e mais	89,0%	88,7%	11,0%	11,3%	100,0%
De 250.001 a 500.000 habitantes	90,1%	89,0%	9,9%	11,0%	100,0%
De 100.001 a 250.000 habitantes	87,2%	86,0%	12,8%	14,0%	100,0%
De 50.001 a 100.000 habitantes	87,4%	85,3%	12,6%	14,7%	100,0%
De 20.001 a 50.000 habitantes	89,1%	88,7%	10,9%	11,3%	100,0%
De 10.001 a 20.000 habitantes	89,8%	88,6%	10,2%	11,4%	100,0%
De 5.001 a 10.000 habitantes	88,7%	89,3%	11,3%	10,7%	100,0%
Até 5.000 habitantes	88,9%	89,1%	11,1%	10,9%	100,0%

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada - PMU.

Há um aumento na participação dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais dentro das despesas correntes dos municípios no período 1999/2003 (Tabela 5). O motivo para tal aumento não se encontra nos gastos com vencimentos dos funcionários públicos, mas no crescimento de outras despesas, dentre as quais se destacam as obrigações patronais. As despesas com vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil mantêm-se em torno de 30% da despesa total dos municípios. Os gastos com obrigações patronais crescem de 3,7% da despesa total em 1999 para 4,5% em 2003. Esses gastos são os encargos trabalhistas que a administração municipal possui pela sua condição de empregadora, tais como os gastos com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as contribuições para Institutos de Previdência.

Tabela 5 – Despesas Correntes Realizadas, por Subcategoria Econômica, segundo Porte Populacional – Estado de São Paulo – 1999/2003							
Porte Populacional dos Municípios	Pessoal e Encargos Sociais		Juros e Encargos da Dívida		Outras Despesas Correntes		Despesas Correntes
	1999 (1)	2003	1999 (2)	2003	1999	2003	
	Estado de São Paulo	48,6%	49,8%	2,2%	4,1%	49,1%	
Município de São Paulo	45,6%	44,3%	3,5%	9,6%	50,9%	46,1%	100,0%
De 500.001 habitantes e mais	52,3%	54,0%	2,6%	2,0%	45,2%	44,1%	100,0%
De 250.001 a 500.000 habitantes	46,0%	50,5%	1,6%	1,4%	52,4%	48,1%	100,0%
De 100.001 a 250.000 habitantes	50,0%	53,0%	1,3%	0,9%	48,7%	46,1%	100,0%
De 50.001 a 100.000 habitantes	52,0%	53,4%	1,1%	0,9%	47,0%	45,7%	100,0%
De 20.001 a 50.000 habitantes	50,8%	51,7%	0,6%	0,4%	48,6%	48,0%	100,0%
De 10.001 a 20.000 habitantes	50,5%	52,2%	0,4%	0,2%	49,2%	47,7%	100,0%
De 5.001 a 10.000 habitantes	49,1%	52,2%	0,4%	0,2%	50,5%	47,6%	100,0%
Até 5.000 habitantes	48,1%	51,9%	0,2%	0,2%	51,7%	48,0%	100,0%

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada - PMU.
(1) Pessoal e Encargos Sociais: soma de Despesas de Pessoal e Transferências a Pessoas
(2) Juros e Encargos da Dívida: soma de Encargos da Dívida Interna e Encargos da Dívida Externa

Em 2003, todos os grupos de municípios apresentam gastos com pessoal e encargos sociais que giram em torno de 50% da despesa corrente total e os gastos com outras despesas correntes alcançam 46%. Os outros 4% referem-se aos juros e encargos da dívida.

O município de São Paulo apresenta um nível de despesas com pessoal e encargos sociais de 44% da despesa corrente total, valor abaixo de todos os demais grupos de municípios. Isso se deve ao maior peso dos gastos com juros e encargos da dívida na capital paulista, onde esses gastos alcançam aproximadamente 10% do total das despesas correntes, bem acima da participação observada nos outros grupos.

A maior parte das despesas de capital dos municípios está concentrada nos investimentos, que são as despesas com o planejamento e a execução de obras públicas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente (Tabela 6). Em 2003, excluindo-se o município de São Paulo, os municípios paulistas aplicam em média 85% do total das despesas de capital em investimentos, 14% na amortização da dívida e somente 1% em inversões financeiras. Na capital paulista, as despesas com inversões financeiras alcançam 10% do total das despesas de capital.

Tabela 6 – Despesas de Capital Realizadas, por Subcategoria Econômica, segundo Porte Populacional – Estado de São Paulo – 1999/2003				
Porte Populacional dos Municípios	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Despesas de Capital
Estado de São Paulo	82,5%	4,8%	12,8%	100,0%
Município de São Paulo	77,8%	10,2%	12,0%	100,0%
De 500.001 habitantes e mais	84,9%	1,5%	13,6%	100,0%
De 250.001 a 500.000 habitantes	85,7%	0,4%	13,9%	100,0%
De 100.001 a 250.000 habitantes	85,9%	2,0%	12,0%	100,0%
De 50.001 a 100.000 habitantes	86,8%	1,1%	12,1%	100,0%
De 20.001 a 50.000 habitantes	83,0%	1,6%	15,4%	100,0%
De 10.001 a 20.000 habitantes	86,1%	1,1%	12,8%	100,0%
De 5.001 a 10.000 habitantes	81,5%	1,3%	17,2%	100,0%
Até 5.000 habitantes	85,4%	1,1%	13,5%	100,0%

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada - PMU.

3.2.1. Limite de gastos com pessoal

As informações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo mostram que, em 2003, a maioria dos municípios segue os limites de gastos públicos definidos pela LRF. De acordo com o TCE-SP, a partir de 2000 há uma tendência de queda no número de municípios que excedem o limite, definido pela LRF, de despesas com pessoal.

Em 2003, os dados da PMU mostram que os gastos com pessoal encontram-se dentro do limite legal definido pela Lei Fiscal. Observa-se que a relação gastos com pessoal/RCL varia entre 43 e 45% da receita corrente líquida para os municípios segundo porte populacional (Tabela 7). Para o município de São Paulo, a relação é de aproximadamente, 40%.

Tabela 7 – Participação da Despesa com Pessoal na Receita Corrente Líquida, segundo Porte Populacional – Estado de São Paulo – 2003	
Porte Populacional dos Municípios	Participação
Estado de São Paulo	42,8%
Município de São Paulo	40,2%
De 500.001 habitantes e mais	45,2%
De 5.001 a 10.000 habitantes	44,5%
De 20.001 a 50.000 habitantes	44,3%
De 10.001 a 20.000 habitantes	44,1%
De 100.001 a 250.000 habitantes	44,1%
De 250.001 a 500.000 habitantes	43,9%
De 50.001 a 100.000 habitantes	43,2%
Até 5.000 habitantes	43,1%

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada - PMU.

3.3. Despesa Realizada segundo Funções e Subfunções de Governo

A PMU realiza uma abrangente pesquisa das finalidades dos gastos públicos dos municípios paulistas. A despesa realizada de acordo com as funções de governo apresenta os gastos do governo municipal nas diversas áreas de atuação governamental. A função é o maior nível de agregação das diversas despesas que competem ao setor público.

A partir de 2002, os municípios contabilizam a despesa realizada por função conforme nova classificação³, em que as despesas são contabilizadas por função e subfunção. Apresentamos as áreas de despesa mais relevantes para os municípios paulistas no período na Tabela 8. A função Administração era denominada anteriormente Administração e Planejamento. No cálculo da área de despesa Administração em 2003, efetuamos a somatória das funções Administração e Encargos Especiais, pois esta função registra os gastos com os encargos da dívida pública, contabilizados na antiga função Administração e Planejamento. Para o mesmo ano, também somamos as funções Habitação e Urbanismo para compor a área de despesa Habitação e Urbanismo.

Entre 1999 e 2003, nota-se uma participação crescente das despesas em Saneamento e Saúde na composição da despesa realizada dos municípios paulistas. Os gastos em Saúde crescem em todos os portes populacionais. Na área de saneamento⁴, há um crescimento mais intenso nos portes populacionais acima de 100 mil habitantes. Em contrapartida, há uma redução na participação dos gastos em Educação para todos os

³ Classificação definida pela Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999.

⁴ A Sabesp é responsável pelos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de 366 municípios do Estado de São Paulo. Nesses municípios, os gastos com esses sistemas de saneamento não são computados na função Saneamento.

portes populacionais, exceto a capital paulista. As despesas com Previdência mantêm-se estáveis, sendo que no município de São Paulo a participação desses gastos na despesa total é bem superior à observada nos demais grupos de municípios.

Os maiores aumentos na área de Saneamento são observados nos grupos de municípios com população acima de 100 mil habitantes. Na Educação, as maiores quedas de participação ocorrem nos grupos de municípios com população inferior a 5 mil habitantes e com população entre 100 mil e 250 mil habitantes.

No município de São Paulo, observa-se que as áreas de despesa que mais crescem em participação no período são Administração, Saúde e Educação. Ocorre uma queda na participação dos gastos em Saneamento na despesa total.

Tabela 8 – Participação da Despesa com Pessoal na Receita Corrente Líquida, segundo Porte Populacional – Estado de São Paulo – 1999/2003								
Porte Populacional dos Municípios	Administração		Educação		Habitação e Urbanismo		Previdência Social	
	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003
Estado de São Paulo	16,4%	17,3%	23,6%	23,3%	14,0%	13,5%	7,2%	6,9%
Município de São Paulo	12,1%	16,3%	17,4%	21,3%	16,3%	13,5%	12,6%	12,4%
De 500.001 habitantes e mais	20,7%	18,4%	22,6%	19,9%	10,6%	11,2%	5,8%	6,3%
De 250.001 a 500.000 habitantes	19,2%	18,3%	25,3%	23,2%	13,6%	14,3%	4,0%	4,2%
De 100.001 a 250.000 habitantes	16,7%	17,2%	29,1%	24,3%	15,0%	16,0%	4,3%	3,5%
De 50.001 a 100.000 habitantes	18,6%	18,5%	29,2%	27,7%	13,4%	15,3%	3,0%	2,3%
De 20.001 a 50.000 habitantes	18,5%	17,6%	30,4%	28,6%	13,4%	13,4%	3,0%	2,5%
De 10.001 a 20.000 habitantes	16,2%	16,2%	33,7%	30,8%	11,5%	11,4%	2,9%	2,1%
De 5.001 a 10.000 habitantes	17,9%	16,8%	32,7%	29,4%	11,1%	11,2%	3,1%	2,0%
Até 5.000 habitantes	19,6%	18,9%	32,8%	25,5%	8,5%	10,0%	2,3%	2,0%
Porte Populacional dos Municípios	Saneamento		Saúde		Demais Despesas		Despesa Total	
	1999	2003	1999	2003	1999	2003		
Estado de São Paulo	2,5%	3,7%	15,7%	19,2%	20,6%	16,2%	100,0%	
Município de São Paulo	2,3%	1,5%	10,8%	15,0%	28,5%	20,2%	100,0%	
De 500.001 habitantes e mais	4,9%	7,0%	20,3%	23,5%	15,2%	13,6%	100,0%	
De 250.001 a 500.000 habitantes	1,4%	3,3%	19,2%	22,6%	17,3%	14,2%	100,0%	
De 100.001 a 250.000 habitantes	0,8%	6,6%	19,2%	20,3%	14,8%	12,1%	100,0%	
De 50.001 a 100.000 habitantes	1,5%	2,6%	17,6%	20,5%	16,7%	13,2%	100,0%	
De 20.001 a 50.000 habitantes	2,8%	3,4%	16,2%	19,9%	15,8%	14,6%	100,0%	
De 10.001 a 20.000 habitantes	2,4%	3,1%	16,0%	19,6%	17,4%	16,7%	100,0%	
De 5.001 a 10.000 habitantes	2,3%	2,5%	15,3%	19,7%	17,6%	18,5%	100,0%	
Até 5.000 habitantes	1,1%	1,4%	14,0%	20,1%	21,6%	22,2%	100,0%	

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa Municipal Unificada - PMU.

O processo de descentralização da Saúde no Estado de São Paulo, em que os municípios assumiram a responsabilidade pela prestação de serviços de saúde, especialmente de atenção básica, é uma das causas do aumento da participação da Saúde nos municípios de menor porte populacional. No caso do município de São Paulo, um motivo importante para o aumento dos gastos na área da Saúde é a habilitação do município no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2001.

4. Referências

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

APRESENTAÇÃO da Pesquisa Municipal Unificada – PMU. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/pmu/index.php>>. Acesso em: 14 jun. 2006.

Informações que direcionam ações.

IPMU

PESQUISA MUNICIPAL UNIFICADA



A PESQUISA MUNICIPAL UNIFICADA

As mudanças na dinâmica econômica, social e urbana dos municípios paulistas, nas últimas décadas, exigiram a abordagem de novos temas de investigação, e a própria experiência de trabalho acumulada nesse campo revelaram a necessidade de recompor o processo de produção de dados municipais. Por outro lado, devido ao processo de municipalização das políticas sociais em direção à descentralização político-administrativa, é necessário investigar a existência e a dinâmica de mecanismos de controle da implementação destas políticas.

Objetivos Gerais

Coletar dados e informações sobre a evolução da estrutura organizacional e administrativa, dos recursos humanos e financeiros das prefeituras municipais, bem como captar elementos referentes à implementação e gestão de políticas públicas globais e/ou setoriais e dos serviços públicos

METODOLOGIA

- Metodologia adotada desde 1992
- Pesquisa censitária - universo dos 645 municípios do Estado de São Paulo
- Fonte - Prefeituras Municipais (órgãos da administração direta e entidades da administração indireta)
- Instrumento de coleta – questionário
 - padrão para todos os municípios e definido de maneira a captar a estrutura organizacional das prefeituras.
 - para o auto-preenchimento do respondente, as questões são auto-explicativas, organizadas em blocos/seções, levantam dados de natureza quantitativa e qualitativa.

SISTEMA INFORMATIZADO

Composto por três módulos:

- **entrada de dados – as questões da pesquisa são desenhadas em tela do microcomputador, garantindo a estrutura do questionário e assegurando as respostas com valores válidos e saltos de questões;**
- **consistência dos dados – constitui mais um recurso do sistema para certificar e assegurar a qualidade dos dados coletados;**
- **controle da pesquisa – registra as ocorrências decorrentes da investigação do pesquisador, segundo a metodologia aplicada e permite que os coordenadores e supervisores, através de recursos de geração de relatórios, realizem o acompanhamento e monitoramento da pesquisa.**

BALANÇO DA COLETA DOS DADOS

Situação de Aplicação da PMU/2003
Posição Final

Especificação	Números Absolutos	%
Municípios do Estado	645	100,00
Municípios com Pesquisa Aplicada	639	99,0
Total	553	85,7
Parcial	86	13,3

TEMAS

- **Abastecimento** (*órgão, ações institucionais, equipamentos*)
- **Assistência e Desenvolvimento Social** (*organização administrativa, conselhos, recursos humanos e ações*)
- **Comunicações e Informática** (*formas de comunicação, nível de informatização e redes*)
- **Educação** (*política e administração municipal do ensino, na educação especial, nos recursos humanos, no transporte escolar, programas e ações*)
- **Cultura, Esporte e Turismo** (*centros culturais , equipamentos esportivos, atividades de lazer, características turísticas, ações de incentivo, parcerias, consórcios e convênios*)
- **Estrutura Administrativa** (*recursos humanos, estrutura organizacional, terceirização dos serviços municipais*)
- **Estrutura Urbana** (*caracterização de áreas municipais, distritos industriais, política urbana e meio ambiente*)

TEMAS

- **Finanças Públicas Municipais** (*execução orçamentária e administração tributária*)
- **Guarda Municipal** (*organização, pessoal e atividades desenvolvidas*)
- **Habitação** (*ações municipais na área de habitação popular*)
- **Limpeza Pública** (*administração e operação dos serviços, coleta seletiva e interferência no meio ambiente*)
- **Saneamento Básico** (*abastecimento de água e esgotamento sanitário*)
- **Saúde** (*política e administração, conselhos, , consórcios e recursos humanos*)
- **Transporte Municipal** (*dados físicos e operacionais do sistema de transporte coletivo sobre pneus, tarifas, terminais de integração, táxi e lotação*)

Objetivos

Coletar dados que permitam a produção de informações e de conhecimento sobre:

- **as fontes de financiamento dos gastos dos municípios, através do levantamento de suas receitas e de seu endividamento;**
- **a destinação dos gastos, com a pesquisa da despesa por natureza e por áreas de atuação (função, programa e subprograma, até 2001; função e subfunção a partir de 2002);**
- **a gestão que as prefeituras fazem de suas fontes próprias de receitas, através de questões qualitativas sobre a tributação através do IPTU e do ISS (1999 e 2003);**
- **os incentivos fornecidos para a atração de investimentos;**
- **a organização dos serviços de comunicação e informática.**

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Tabela 1 – Número de Municípios Estado de São Paulo	
Porte Populacional dos Municípios	
Estado de São Paulo Município de São Paulo	

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

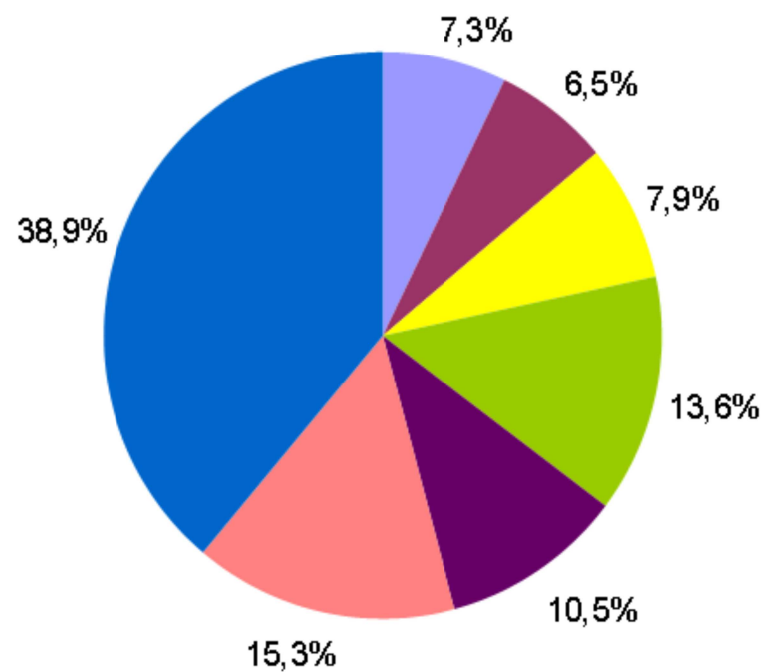
Tabela 2 – Receita Municipal Arrecada							
Porte Populacional dos Municípios	R						
	1						
Estado de São Paulo	42						

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Tabela 3 – Participação da Receita segundo Porte Populacional – Estad		
Porte Populacional dos Municípios		
Estado de São Paulo		

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

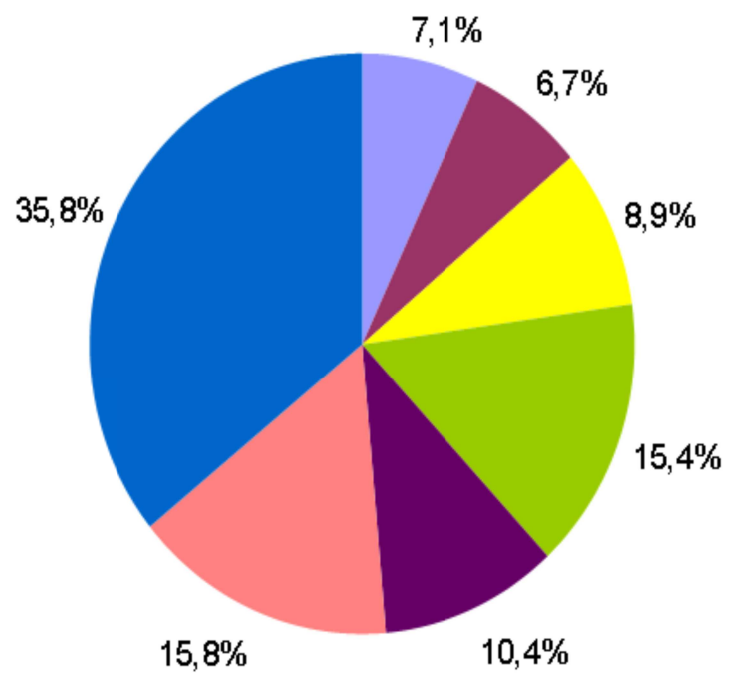
Participação na Receita Total, segundo Porte Populacional – 1999



■ Até 20.000 habitantes ■ De 20.001 a 50.000 ■ De 50.001 a 100.000 ■ De 100.001 a 250.000

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Participação na Receita Total, segundo Porte Populacional – 2003



■ Até 20.000 habitantes ■ De 20.001 a 50.000 ■ De 50.001 a 100.000 ■ De 100.001 a 250.000

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Tabela 4 – Despesa Municipal					
Populacional					
Porte Populacional dos Municípios					

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

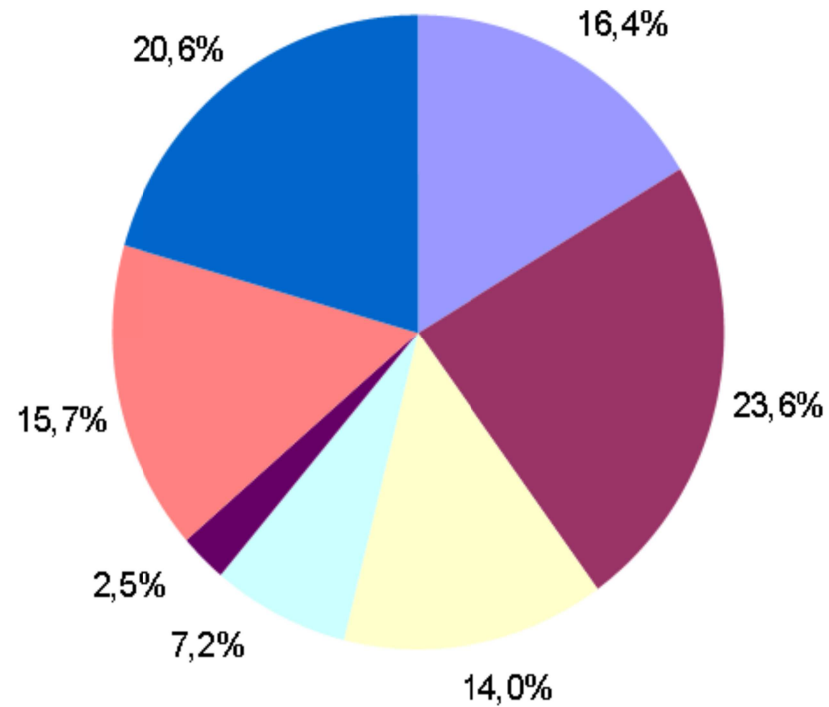
Tabela 5 – Despesas Correntes Reali							
E							
Porte Populacional dos Municípios	1						
	1						
Estado de São Paulo							

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Tabela 7 – Participação da Corrente Líquida, segundo Po Paul	
Porte Populacional dos	
Estado de São Paulo	

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

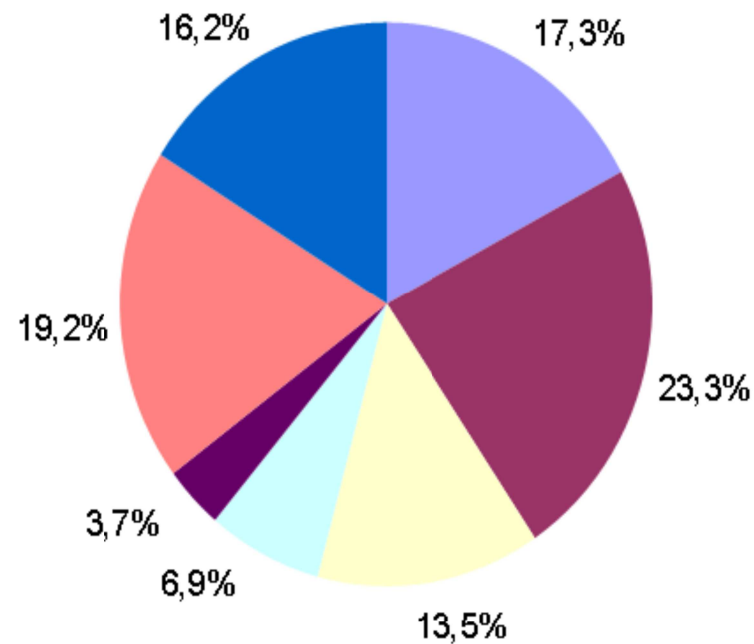
Composição da Despesa Realizada por Função
1999



■ Administração ■ Educação ■ Habitação e Urbanismo ■ Previdência Social

FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Composição da Despesa Realizada por Função
2003



■ Administração ■ Educação ■ Habitação e Urbanismo ■ Previdência Social



Documento apresentado para discussão

**II Encontro Nacional de Produtores e Usuários
de Informações Sociais, Econômicas e
Territoriais**

Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006

INTEGRAÇÃO SERVIÇOS – INDÚSTRIA NA REGIÃO DO ABC

Miguel Matteo (Fundação Seade)

Vagner Bessa (Fundação Seade)

Resumo

O objetivo desse trabalho é o discutir o processo de integração entre o setor de serviços e a indústria na chamada Região do ABC. A hipótese desse trabalho é que longe de um processo de esvaziamento industrial ou reconversão produtiva, a região experimenta um processo de formação de um tecido produtivo unificado, na qual a indústria ainda apresenta importante papel como organizador territorial das novas atividades terciárias.

Uma dos maiores desafios para a análise econômica são os estudos voltados para as relações intersetoriais. A integração entre indústria e serviços é uma questão fundamental para o entendimento dos novos padrões produtivos e constitui um tema privilegiado para agenda de pesquisas econômicas.

Parte importante dos autores vem salientando a existência de processos que convergência entre os padrões de funcionamento dos serviços e da atividade manufatureira, ressaltando uma convergência nos dos padrões concorrenciais, tecnológicos e organizacionais: enquanto as atividades industriais passam a ser mais dependentes dos insumos intangíveis, serviços especializados e mão-de-obra qualificada para o incremento da competitividade, alguns segmentos do setor de serviços se torna mais dependente de investimentos em recursos físicos (sobretudo investimentos em redes de logística, transporte e telecomunicações), desenvolve economias de escala e intensificam sua participação no comércio internacional¹.

O objetivo desta apresentação é dar subsídios para a discussão sobre a dinâmica recente do setor de serviços frente ao processo de reestruturação produtiva da indústria na Região do ABC, uma das maiores concentrações industriais do Brasil.

A hipótese central do trabalho é a de que o processo de reestruturação produtiva não implicou na reconversão da economia local, desconfigurando suas feições industriais – como assinalam algumas teses sobre o “esvaziamento industrial”. Pelo contrário, procura-se mostrar que o peso da indústria na região é alto e o traço mais marcante do terciário regional é a sua dependência em relação à atividade industrial, com a qual forma um tecido produtivo único. Essa característica é estratégica entre os serviços técnicos prestados às empresas, o que demonstra que o processo de integração é tanto maior quanto mais

complexo for o segmento de serviços, ou seja, quanto maior for o conhecimento incorporado à atividade.

A região do ABC é uma das mais antigas e importantes áreas industriais do Brasil. Localizada a sudeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), abriga sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Sua população é de 2,5 milhões de habitantes (dados de 2005), equivalentes a 13% da RMSP e 6,3% do Estado.

Inicialmente, a região era um conjunto de assentamentos, de origem indígena, que se valia da proximidade da capital e pela proximidade com a ligação com o Porto de Santos. A ferrovia que ligava a capital ao porto, construída no início do século XX proporcionou uma ligação rápida e eficiente com a cidade de São Paulo, iniciando um processo de conurbação.

O Plano de Metas, de 1956, que visava endogeneizar o padrão de acumulação brasileiro, dá o impulso final, seja para a consolidação da industrialização na região, como para impulsionar o processo de metropolização de São Paulo. Implanta-se na região a indústria automobilística e, conseqüentemente, a metalurgia e a de máquinas e equipamentos, com o forte apoio governamental e investimento (e tecnologia) estrangeiro.

Até os anos 70, a indústria da região recebe investimentos estatais e privados de vulto, transformando a sua estrutura industrial em uma intrincada rede de empresas de vários setores, integrados entre si. A abertura da Via Anchieta, em 1947, facilita a comunicação com a metrópole, e dela com o porto de Santos (e, adicionalmente, confere maior importância ao município de São Bernardo, ao invés de Santo André e São Caetano, às margens da ferrovia); a abertura da refinaria de Capuava (1972) permite a implantação de uma forte indústria petroquímica, além de desenvolver um setor de plásticos que se

¹ Bernardes, Roberto, Bessa, Vagner e Kalup, André. “Serviços na Paep 2001: reconfigurando a agenda de pesquisas estatísticas de inovação”. *São Paulo em Perspectiva*, vol 19, número 2, pp.115-134, abr./jun.,

integra cada vez mais intensamente com a indústria automobilística. A abertura da rodovia dos Imigrantes, na década de 70, intensifica a priorização do transporte rodoviário, consolidando a posição de liderança de São Bernardo na região.

A partir dos anos 1980 inicia-se um processo de diminuição constante do emprego industrial na região que, somado à crise na produção de estatísticas econômicas no início dos anos 90 no Brasil, deu a entender que estava em curso uma desindustrialização dessa região. Concluiu-se, rapidamente, que ocorria uma substituição da atividade econômica, cuja centralidade seria atribuída aos serviços².

De fato, nos últimos anos há uma diminuição das áreas ocupadas pelas indústrias, e um novo espaço em que coexistem indústrias mais modernas e crescentes atividades de serviços. Destacam-se, nesse novo espaço, a presença de *shopping centers* e hipermercados, mas também, quanto mais se aproxima da periferia, de pequenos empreendimentos informais.

Este texto procura mostrar a inadequação da conclusão da transformação de indústria em serviços, a partir de uma breve consideração teórica e comprovação com dados empíricos obtidos pela Pesquisa da Atividade Econômica Paulista, realizada pela Fundação Seade, de 2001.

O crescimento do setor de serviços: breve consideração teórica

Cohen e Zysman, ao falar sobre a competitividade da economia norte-americana, afirmam que as novas formas de produção estão mudando a dinâmica da complementaridade entre serviços e produção de mercadorias, já que a produção dos serviços ainda permanece dependente da linha industrial. Assim, seria possível entender que tal complementaridade permitiu aumentar a produtividade e diminuir custos.

2005.

² A tese da centralidade dos serviços ganha mais força ainda quando se analisa o município de São Paulo.

Para o caso de alguns serviços³, as potencialidades propiciadas pelas tecnologias (microeletrônica, comunicação e tecnologia da informação) ampliam a interconexão de vários empregos nos serviços que estão ligados à produção, permitindo novas formas de gestão da produção e maior rapidez no processo produtivo.

Um grande problema analítico é o surgimento de um grande número de novos serviços que estão sendo desenvolvidos para permitir o processo de contratação de firmas — em especial os conglomerados — na tentativa de focalizar sua produção de mercadorias ou serviços nas atividades principais, com o objetivo de reduzir custos fixos. Há poucas pesquisas primárias nesse campo, com resultados insuficientes para se proceder a uma nova classificação, que permita uma clara distinção entre os setores.

Montagner e Bessa (2006) afirmam que, “na última década, os serviços que mais se expandiram em produção e emprego foram os de finanças, seguros, administração imobiliária e os que vêm sendo chamado de ‘serviços de negócios’⁴. Nos principais países da OCDE essas atividades agregadas representam cerca de 20% do PIB, participação que é similar à média da indústria manufatureira”.

Esse grupo de serviços experimentou grande aumento de produtividade e produção, em razão da incorporação de atividades de comunicação e novas tecnologias da informação e da racionalização de métodos de trabalho⁵. Nos demais segmentos de serviços não há registro de aumento semelhante. Nos principais países do OCDE, com exceção da Espanha, há uma diminuição da participação do grupo de atividades formada por comércio atacadista e varejista, restaurante e hotéis.

³ Vale lembrar que sob a definição de “serviços” esconde-se uma ampla heterogeneidade de segmentos, desde os tecnologicamente avançados, de suporte às outras atividades, até os serviços domésticos, freqüentemente associados à economia informal.

⁴ O grupo de serviços de negócios estratégicos é formado por *software* de computadores e processamento de informática, P&D e teste técnicos, *marketing*, organização de negócios (incluindo consultoria e serviços de recrutamento de trabalho) e desenvolvimento de recursos humanos, incluindo ainda maquinaria e equipamento de aluguel e *leasing*.

⁵ O caso dos bancos é o de maior impacto.

Ainda segundo Montagner e Bessa, “no que diz respeito aos serviços comunitários, sociais e pessoais⁶ ou mesmo aos serviços governamentais⁷, a maioria dos países registrou decréscimo dessas atividades, o que resultou na redução de sua participação no PIB⁸”.

Nos países centrais aumenta progressivamente a vinculação entre serviços e produção industrial, em razão do crescente aumento dos novos serviços de informática e do processo de terceirização, não apenas de serviços tradicionais, mas de novas atividades desenvolvidas para resolver problemas específicos.

Outra grande tendência para a ampliação do setor de serviços, segundo Montagner e Bessa (2006), é “a terceirização de atividades mediante estreita relação entre os compradores e os fornecedores de serviços, com grande envolvimento destes últimos nas principais funções dos processos comerciais. Nesse contexto, as grandes empresas internacionais passam a oferecer uma variada gama de serviços estratégicos, referentes sobretudo ao uso de novas tecnologias de informação e processamento de dados”.

Embora o processo de reorganização das atividades industriais seja menos intenso no Brasil, os serviços de informação encontram-se entre as atividades estratégicas introduzidas nas empresas industriais e, embora de forma incipiente, já ocorre a terceirização de serviços que não aqueles meramente auxiliares. A terceirização ocorre com maior intensidade na indústria, nos grandes supermercados e bancos, já que as principais empresas desses setores são de grande porte e tendem a seguir os padrões de seus competidores no mercado internacional.

⁶ Atividades cinematográficas e outros serviços de entretenimento; lazer e serviços recreativos; serviços de reparo; lavanderias, serviços de lavanderia e instalações de limpeza e tintura; serviços domésticos; serviços pessoais variados; serviços educacionais particulares; serviços de saúde particulares; instituições de saúde particulares; negócios, associações profissionais e trabalhistas.

⁷ Administração pública e defesa; serviços educacionais; institutos de pesquisa e científicos; serviços médico e dentário e outros serviços públicos de saúde e veterinários; instituições de saúde; bibliotecas, museus botânicos públicos e jardins zoológicos e outros serviços culturais não classificados em outros lugares.

⁸ Na economia brasileira, os serviços comunitários, sociais e pessoais continuam sendo o grupo principal mais importante do emprego, especialmente nos serviços domésticos e emprego sem remuneração nas atividades urbana e rural.

Estudo realizado no estado de São Paulo com cerca de 33.000 empresas em 1996⁹ possibilitou compreender parte da lógica dos serviços terceirizados em indústrias manufatureiras, de construção civil, comerciais e financeiras, na qual se verifica que as empresas paulistas optaram por um processo de terceirização voltada para o corte de custos operacionais, com a subcontratação de serviços como agenciamento de mão-de-obra, portaria, segurança e limpeza predial, alimentação e transportes entre outros.

A pequena utilização da terceirização nos novos serviços poderia estar associada às dificuldades de se encontrar no mercado nacional empresas fornecedoras de serviços específicos sem o comprometimento de informações-chave sobre a capacidade da competição da empresa. Em muitos casos as firmas brasileiras optam por contratar empregados para desenvolver serviços internos. Outro fator importante que afeta o uso dos serviços é que nas empresas pequenas e médias há uma evidente necessidade de criar novas formas de produção para que se incorporem esses novos serviços (gerenciamento, consultoria, marketing, P&D etc.) a fim de melhorar a competitividade da economia.

Os serviços na região do ABC

Entre o final dos anos 1980 e início dos anos 90 houve um vazio na produção das pesquisas econômicas no Brasil, só preenchido a partir de 1996. Por isso, o declínio do emprego industrial no país na década de 1990 gerou a formação de teorias de esvaziamento industrial da região do ABC, em virtude da importância de seu complexo metal-mecânico na estrutura industrial regional (Tabela 1). Note-se que somente o setor automobilístico representa 40% do valor adicionado da indústria regional e 46% do total estadual.

⁹ Montagner, Paula, Bernardes, Roberto e Matteo, Miguel. “A demanda por serviços — o que há de novo na economia paulista”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, 1999.

Tabela 1
Participação das Divisões Industriais do ABC na Região Metropolitana e no Estado
de São Paulo
Região do ABC
2001

Atividades	Região do ABC (1) Em Reais	% no ABC	% na RMSP	% no Estado
TOTAL	15.250.247.603	100,0	22,7	12,0
Indústria Extrativa	2.363.093	0,0	1,3	0,5
Alimentos e Bebidas	357.355.956	2,3	5,8	2,0
Têxtil	186.241.682	1,2	11,5	5,1
Confecções	115.870.067	0,8	9,6	7,0
Couro e Calçados	12.311.490	0,1	4,5	1,4
Celulose e Papel	124.033.476	0,8	5,4	2,4
Edição e Impressão	201.794.938	1,3	4,2	3,8
Refino de Petróleo e Álcool	1.162.954.676	7,6	70,9	12,0
Química	2.496.030.175	16,4	18,6	12,4
Borracha e Plásticos	1.111.617.910	7,3	32,6	20,7
Minerais Não-Metálicos	197.896.242	1,3	13,2	6,0
Metalurgia Básica	810.570.989	5,3	19,1	11,5
Produtos de Metal	611.051.626	4,0	19,2	11,6
Máquinas e Equipamentos	910.276.190	6,0	16,5	9,8
Equipamentos de Informática	31.343.707	0,2	7,2	5,2
Material Elétrico	323.086.099	2,1	7,7	5,4
Material Eletrônico e Comunicações	28.831.823	0,2	1,8	0,8
Equipamentos de Automação	68.775.843	0,5	8,7	5,8
Veículos	6.116.885.126	40,1	72,9	46,4
Outros Equipamentos de Transporte.	164.428.074	1,1	28,7	3,9
Outras Indústrias	216.528.420	1,4	13,3	6,6

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Paep 2001.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Juntem-se a isso os setores de borracha e plástico e máquinas e equipamentos, além de boa parte do setor químico (que produz tintas para pintura dos veículos) e verifica-se a extrema importância que o setor metal-mecânico tem para a indústria local.

A reorganização produtiva das grandes empresas desse complexo redundou em significativa eliminação de postos de trabalho, entre 1989 e 2000: de 29% a 14%. No total do setor industrial, a participação da ocupação caiu de 40% para 28%. Entretanto, esse processo não implicou na diminuição da importância relativa da atividade industrial na região. Os dados do PIB municipal, conforme apresentados na Tabela 2, mostram que a indústria no ABC representa a maior parcela da atividade econômica em cinco dos sete municípios (os dois em que a indústria não predomina são os de menor economia), todos acima da média estadual. Vale notar que em apenas três municípios o PIB *per capita* é menor que a média estadual.

Tabela 2
Valor Adicionado Total, por Setores de Atividade Econômica, a Preços Correntes
Municípios da Região do ABC
2003

Municípios	Participação na estrutura		PIB (em milhões de reais)	PIB per Capita (em reais)
	Indústria (Em %)	Serviços (Em %)		
ESTADO DE SÃO PAULO	43,8	48,5	494.813,62	12.619,36
Diadema	63,1	36,9	4.737,08	12.539
Mauá	62,5	37,5	4.430,68	11.339
Ribeirão Pires	45,1	54,7	655,15	5.835
Rio Grande da Serra	49,5	50,1	191,66	4.795
Santo André	56,6	43,4	8.816,75	13.313
São Bernardo do Campo	64,1	35,8	14.583,19	19.246
São Caetano do Sul	66,2	33,8	4.944,62	36.247

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A despeito da manutenção da indústria como o centro dinâmico da economia da região, houve aumento da importância relativa do setor terciário, sobretudo no que se refere à distribuição do emprego e principalmente no segmento de serviços prestados às empresas. De fato, entre 1997 e 2002, o número de ocupados nesse segmento mais que dobrou, passando de pouco mais de 40 mil pessoas, para 108 mil. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo crescimento de uma rede de grandes empresas de serviços às empresas integradas ao circuito econômico metropolitano; além disso, houve a modernização dos circuitos de consumo, dado o aumento da renda média da região (conforme tabela 2), com a expansão dos hiper e supermercados e, em menor proporção, dos *shopping centers*.

Os dados sobre o setor de serviços no ABC, considerando os segmentos mercantis não-financeiros¹⁰ mostram que as mais importantes estão imbricadas com as atividades produtivas: 31,5% do valor adicionado regional é gerado pelo segmento dos serviços prestados às empresas (técnicos e auxiliares), seguido pelas atividades de transportes (26,2%) e, mais secundariamente pelas atividades de saúde (11,5%) e educação (7,5%). Considerados os segmentos ligados às famílias (como alojamento e alimentação e serviços pessoais de diversas naturezas) e atividades assistenciais e coletivas e outros, essa contribuição é de 8,4%. Sob a ótica da geração de postos de trabalho, os serviços prestados às empresas são também os setores mais empregadores, representando 37,4% dos ocupados, seguido pelas atividades de transportes (13,5%), alimentação (10,2%) e Saúde (9,8%).

O intenso processo de terceirização das atividades operacionais que se deu de forma generalizada na estrutura econômica paulista teve como contrapartida a organização de um mercado de oferta de serviços baseado em empresas de grande porte, sobretudo entre os

serviços auxiliares: enquanto nesses as empresas com mais de 500 pessoas ocupadas respondem por metade do pessoal ocupado no segmento (50,5%), entre os serviços técnicos essa porcentagem é significativamente menor (4,9%) ou, de outro modo, enquanto a média de pessoas ocupadas nesse último é de 7,8 pessoas por empresa, entre aquelas do segundo segmento é de 16,4.

Se é alto o nível de articulação do setor de serviços prestados às empresas com a indústria do ABC, há mudanças importantes entre os serviços auxiliares, que indicam uma dinâmica menos dependente da economia local e de sua base industrial. Esses serviços passam ter um raio de ação territorialmente mais expandido e um arco de encadeamentos setoriais mais amplos, respondendo às oportunidades abertas pelo processo de terceirização em escala que se deu na esteira da reorganização gerencial da grande empresa na década de 90 e atingiu todos os setores econômicos da Região Metropolitana. A existência de uma ampla rede de tecnologia da informação (e redução dos custos com ligações telefônicas), aliada a políticas fiscais agressivas, com redução de impostos municipais, permitiu a localização de vários empreendimentos como centrais de *telemarketing*, que passaram a operar na região, ampliando a escala de seus mercados.

Os dados sobre os serviços técnicos, por outro lado, mostram que as atividades de serviços voltadas às empresas de natureza mais complexa, que dominam um núcleo de competências organizacionais e tecnológicas estratégicas para o processo de inovação tecnológica, expandem sua atuação de forma a atender parte das demandas provenientes da modernização industrial do município de São Paulo.

Entretanto, é necessário apontar ainda sua alta dependência em relação à indústria do ABC, não apenas no sentido de tomadora de serviços de empresas especializadas, mas, antes, pelo inverso – os dados da Paep 2001 indicam que o nível de terceirização dos

¹⁰ Isto é, excluindo os bancos e instituições financeiras. Também estão fora do âmbito dessas considerações os demais segmentos não pesquisados pela Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - PAEP 2001, como

serviços técnicos na indústria em geral é relativamente alto, mas se fossem agregadas no cômputo total desses serviços as unidades não terceirizadas que pertencem somente às empresas industriais (31 unidades), essas representariam 61,1% do valor adicionado total na região (no caso dos serviços auxiliares, essa mesma razão não chegaria a 0,35%).

Vale lembrar os resultados de uma pesquisa sobre as empresas de serviços do ABC, sobre o motivo da sua constituição: 61% responderam que a empresa surgira por iniciativa própria, mas 27% que ela surgira a partir da terceirização de atividades que existiam em empresas industriais¹¹. Ou seja, a indústria do ABC não se reestrutura apenas sob o ponto de vista da inovação ou da utilização de automação industrial, mas também focando suas funções no essencial de sua atividade; aquilo que pode ser externalizado, é realizado por terceiros. Não é de se espantar, portanto, que haja um crescimento do emprego no setor terciário, às custas de uma diminuição no emprego industrial.

Conclusão

Procuramos mostrar, ao longo deste texto, que algumas afirmações, calcadas em projeções do passado para suprir a inexistência de informações, no período compreendido entre 1985 e 1996, aliadas a uma opção teórica apressada, se mostram frágeis quando comparadas aos levantamentos realizados a partir do final deste período.

Nem o ABC sofre um processo inexorável de desindustrialização, nem ocorre uma transferência do motor da economia regional ao setor de serviços. Ocorre, sim, uma mudança substancial nos processos produtivos (sobretudo os industriais), através dos quais há um ganho de produtividade às custas de uma forte compressão na ocupação e terceirização das atividades, inicialmente auxiliares, posteriormente ligadas à própria produção.

as atividades ligadas a administração pública, condomínios e emprego doméstico.

¹¹ PAMPLONA, J. B. e MIADAIIRA, P. L. "Primeira análise dos resultados da pesquisa da atividade do setor de serviços empresariais do Grande ABC". A atividade econômica no Grande ABC. Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Santo André, 2001.

Os indicadores de tecnologia da indústria do ABC, assim como as estratégias de gestão ativas, mostram-se bastante superiores aos da média estadual, inclusive para os segmentos de baixa intensidade tecnológica, o que, se, por um lado, parece indicar maior competitividade das empresas locais, por outro, também tem significado um menor número de pessoas ocupadas. Como o desempenho inovador está centrado nas grandes empresas, e essas são aquelas em que os postos de trabalho são de melhor qualidade, há uma diminuição destes postos de trabalho e um crescimento daqueles mais precários, principalmente no setor de serviços.

BIBLIOGRAFIA

Cohen, Stephen e Zysman, John. *Manufacturing matters — the myth of the post-industrial economy*. Nova York: Basic Books, 1987.

Montagner, P. e Bessa, V. “O comércio e os serviços no ABC”. Mimeo.

Montagner, Paula, Bernardes, Roberto e Matteo, Miguel. “A demanda por serviços — o que há de novo na economia paulista”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, 1999.

Pamplona, J. B. e Miadaira, P. L. “Primeira análise dos resultados da pesquisa da atividade do setor de serviços empresariais do Grande ABC”. A atividade econômica no Grande ABC. Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Santo André, 2001.

Bernardes, Roberto, Bessa, Vagner e Kalup, André. “Serviços na Paep 2001: reconfigurando a agenda de pesquisas estatísticas de inovação”. *São Paulo em Perspectiva*, vol 19, número 2, pp.115-134, abr./jun., 2005.



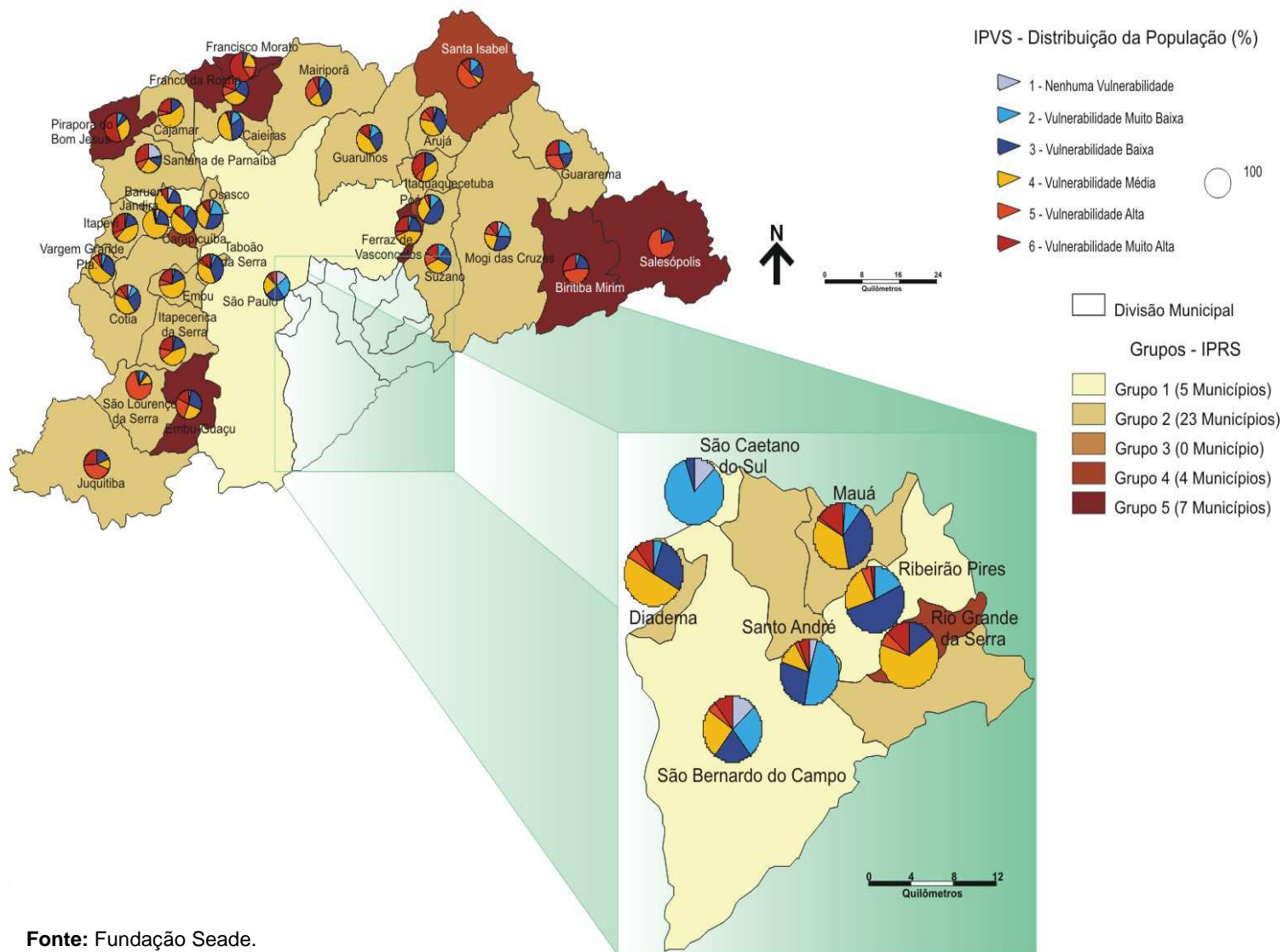
INTEGRAÇÃO SERVIÇOS E INDÚSTRIA NA REGIÃO DO ABC

Agosto de 2006

Miguel Matteo
mimatteo@seade.gov.br



Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - 2002 e Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS - 2000 Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: Fundação Seade.

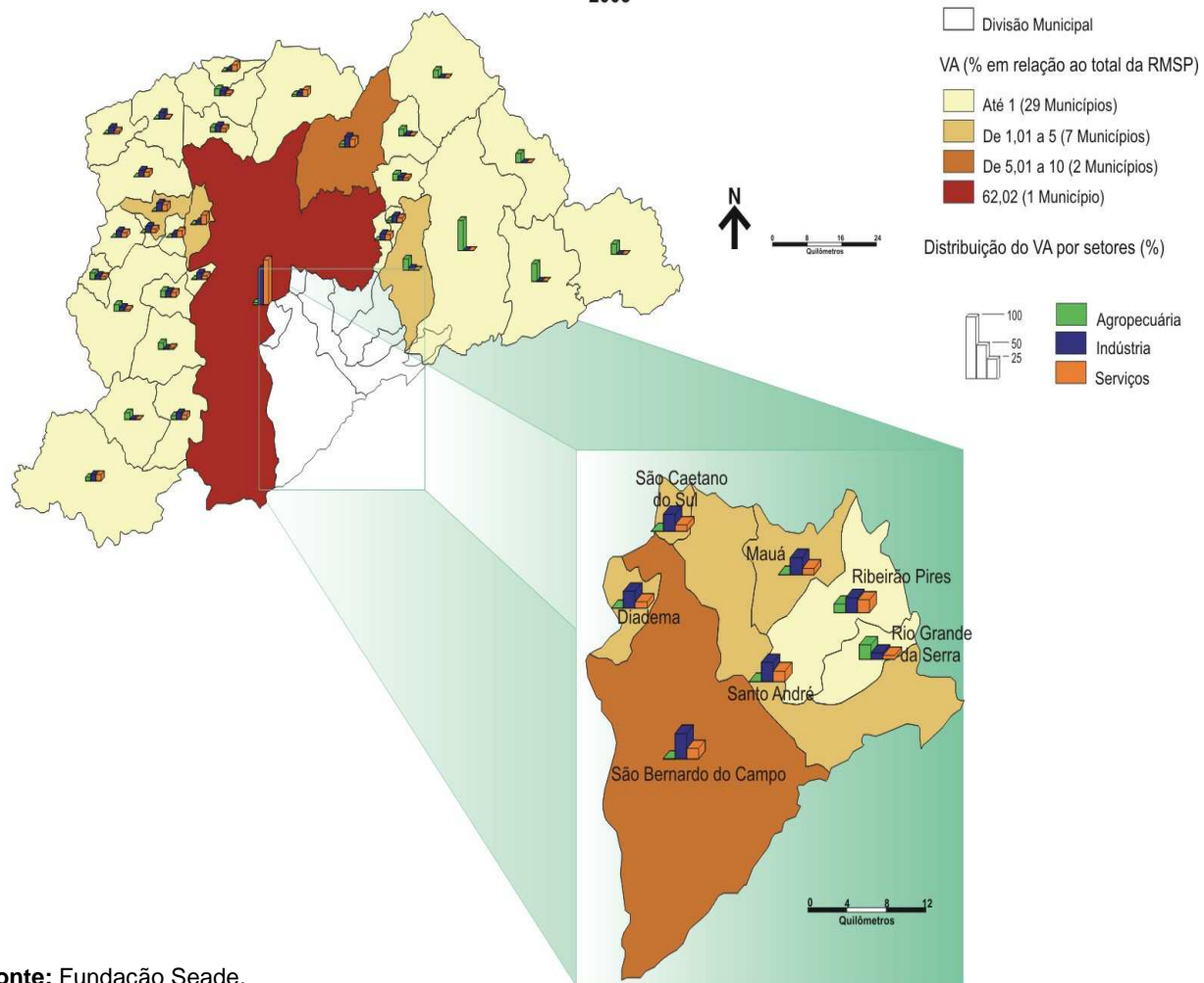


Distribuição da População, segundo Municípios
Região do ABC
2005

Municípios				
	Nº			



Valor Adicionado Região Metropolitana de São Paulo 2003

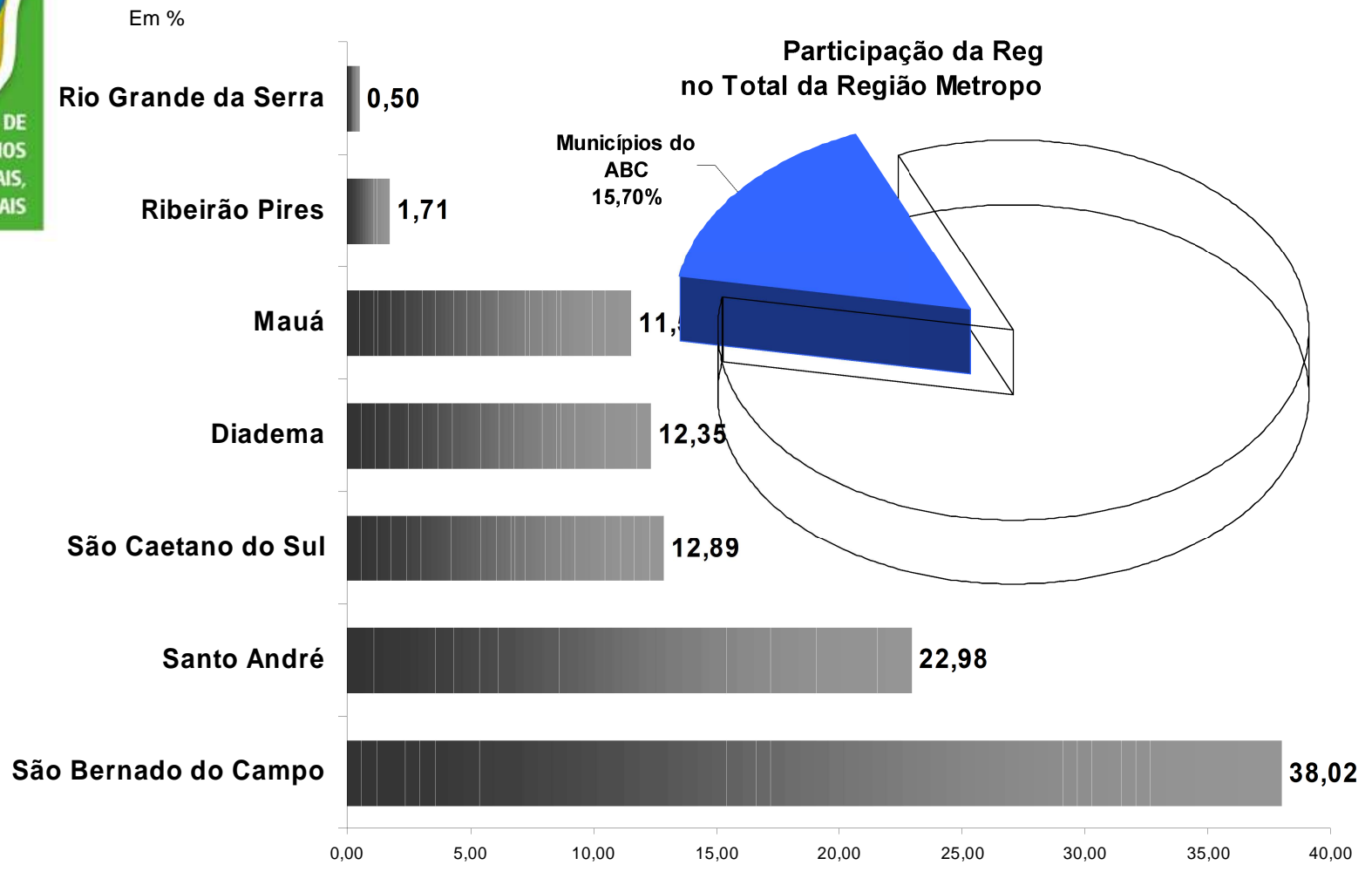


Fonte: Fundação Seade.



2º ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS

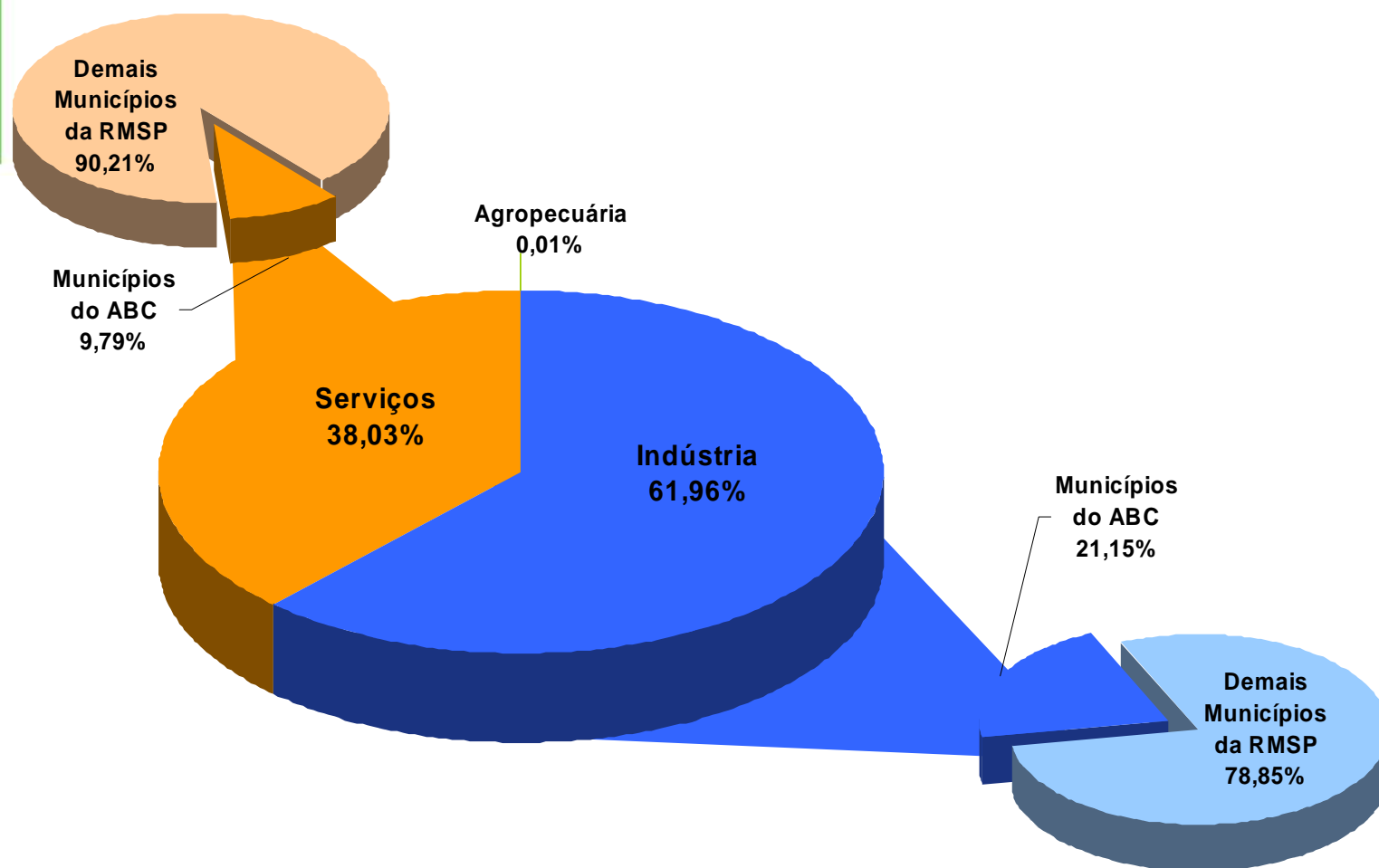
Produto Interno Bruto, por Municípios Região do ABC 2003



Fonte: Fundação Seade.

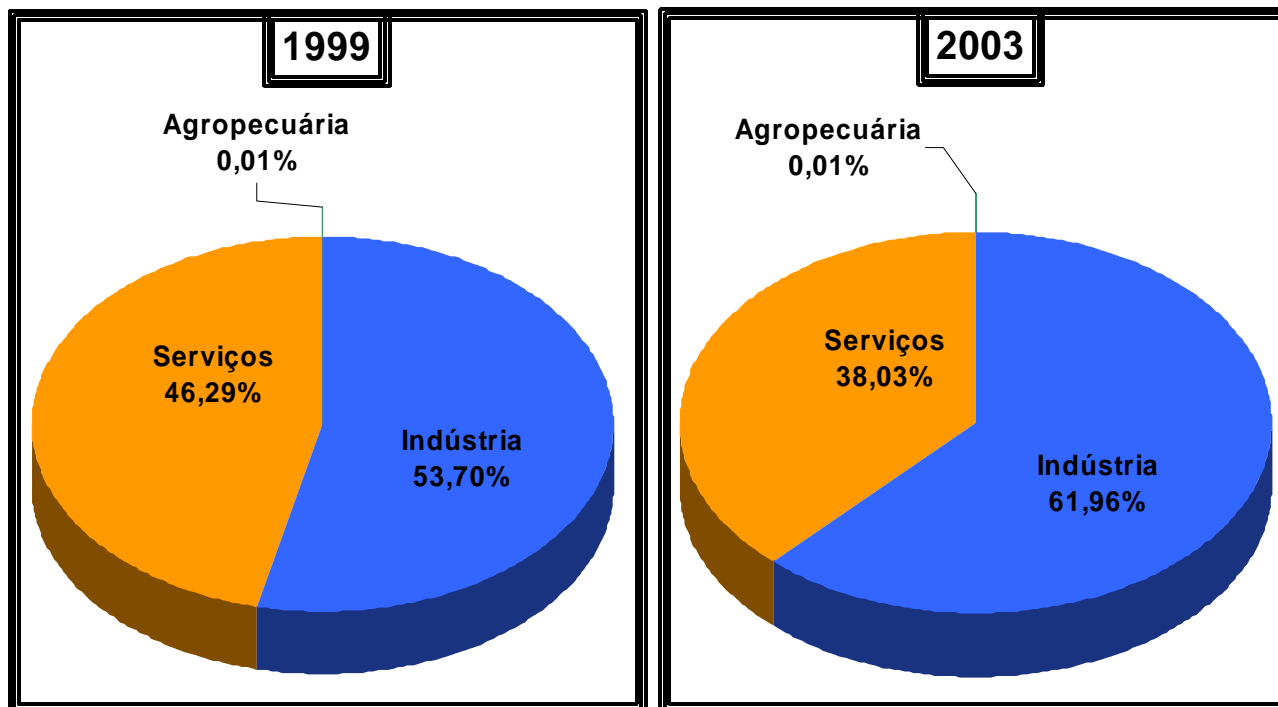


Produto Interno Bruto, por Setores da Atividade Econômica Região do ABC 2003



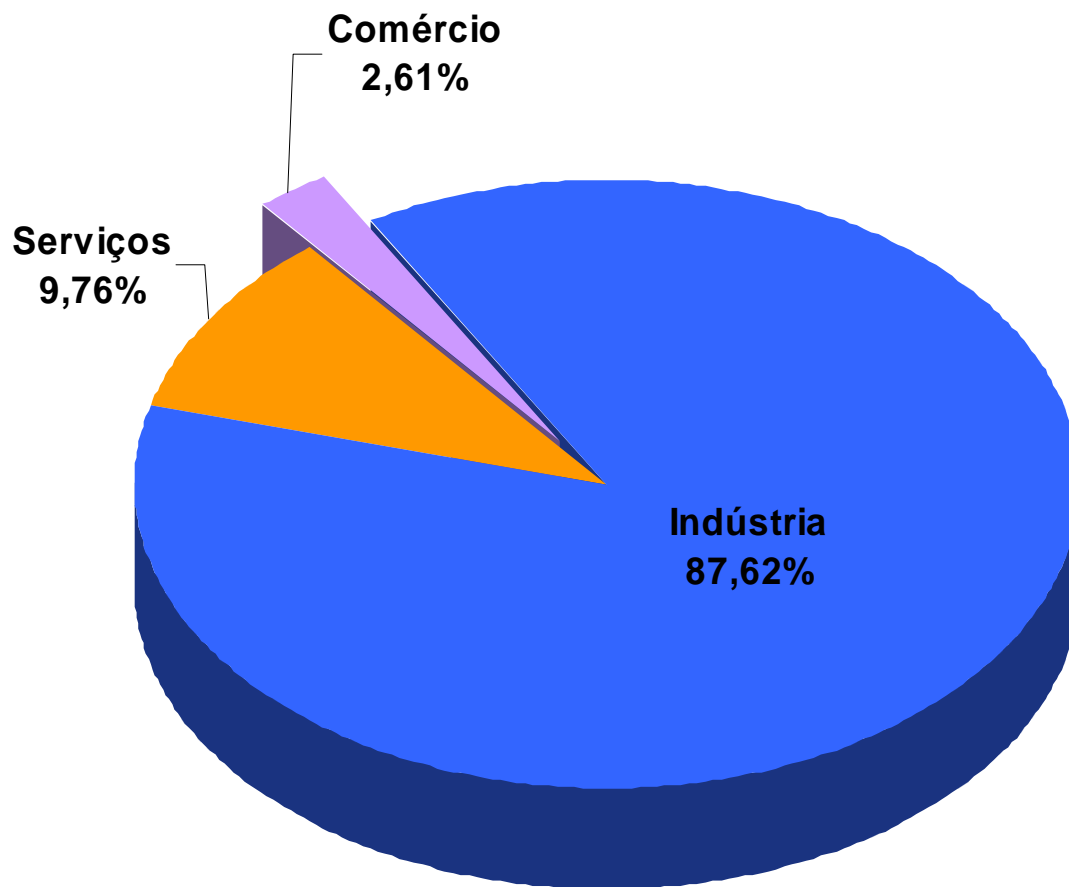


Produto Interno Bruto, por Setores da Atividade Econômica Região do ABC 1999 / 2003





Investimentos Anunciados, segundo Setores da Atividade Econômica Região do ABC 1997-2004





Documento apresentado para discussão

**II Encontro Nacional de Produtores
e Usuários de Informações Sociais,
Econômicas e Territoriais**

Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006

PIB trimestral de São Paulo: resultados dessazonalizados para o período 2001 a 2005

Alexandre Comin (Fundação Seade)

Mitti Ayako Hara Koyama (Fundação Seade)

Marcelo Pitta (Fundação Seade)

Resumo

Este trabalho visa dois objetivos principais. Em primeiro lugar, traz para um público mais amplo os resultados do Produto Interno Bruto do Estado de São Paulo para o período 2001/2005. Além dos dados primários do PIB, apresenta-se pela primeira vez a taxa de variação dessazonalizada no trimestre. Em segundo lugar, apresenta de forma resumida os principais procedimentos metodológicos utilizados neste cálculo, tanto para a produção da série primária como para a série dessazonalizada. Adicionalmente, o artigo faz uma breve análise do comportamento do PIB paulista com o brasileiro evidenciando o paralelismo entre as duas séries trimestrais assim como algumas peculiaridades da evolução da economia de São Paulo.

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. RESULTADOS DO QUARTO TRIMESTRE DE 2005**
- 3. EVOLUÇÃO RECENTE DO PIB DE SÃO PAULO E DO BRASIL**
- 4. AJUSTE SAZONAL**
- 5. NOTAS METODOLÓGICAS**

1. INTRODUÇÃO

A presente publicação tem dois objetivos principais. De um lado, torna públicos os resultados até aqui compilados do Produto Interno Bruto do Estado de São Paulo para o período 2001/2005, incluindo a taxa de variação no trimestre dessazonalizada. De outro, apresenta de forma sintética os principais procedimentos metodológicos adotados, não só para a produção da série primária mas também dos detalhes da dessazonalização empreendida.

Os resultados ora apresentados sobre o comportamento recente do PIB paulista resultam da parceria estabelecida entre a Secretaria de Economia e Planejamento e a Fundação Seade, com o objetivo de definir metodologia e produzir estimativas trimestrais da evolução do PIB do Estado de São Paulo. A condução geral do trabalho está a cargo da Divisão de Estudos Econômicos (DIEC) da Fundação Seade e a dessazonalização foi produzida a partir da parceria com a Gerência de Metodologia e Estatística (GEMET) da mesma instituição.

Os resultados trimestrais do PIB de São Paulo são calculados a partir da evolução da produção física de 11 setores de atividade, cada qual construída a partir de indicadores e informações conjunturais disponíveis no momento de sua elaboração, que podem ser confirmados ou não por levantamentos futuros, mais robustos. Em outros termos, o PIB trimestral cumpre o papel de apenas apontar a tendência mais provável da evolução conjuntural do nível de atividade econômica, que só pode ser confirmada com o cálculo posterior da estimativa anual, cujas bases de informações são mais bem qualificadas e sólidas. Dadas essas características, as estimativas trimestrais da evolução do PIB estão sujeitas a constantes reavaliações e atualizações.

Este trabalho compõe-se de quatro capítulos além desta Introdução. No primeiro, são apresentados os resultados consolidados da variação trimestral do PIB paulista em 2005. No

segundo capítulo compara-se a evolução do PIB paulista com a do Brasil, por meio dos seguintes indicadores: variação trimestral, variação acumulada no ano e variação acumulada nos últimos quatro trimestres em relação aos quatro trimestres anteriores. O terceiro se ocupa da apresentação da variação trimestral dessazonalizada, em que também se comparam Brasil e São Paulo, bem como de alguns indicadores auxiliares que explicitam o processo de dessazonalização. No quarto capítulo são apresentadas as notas metodológicas necessárias ao entendimento dos procedimentos utilizados no cálculo da estimativa do PIB paulista e dos métodos de dessazonalização.

2. RESULTADOS DO QUARTO TRIMESTRE DE 2005

Os resultados consolidados do PIB trimestral de São Paulo para os quatro trimestres de 2005 mostram um processo de desaceleração econômica do Estado, no decorrer do ano, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Taxa de Crescimento do PIB, Estado de São Paulo, 2005

Taxa de crescimento	Em Porcentagem			
	1° Trimestre	2° Trimestre	3° Trimestre	4° Trimestre
Trimestral (variação do trimestre com relação ao mesmo trimestre do ano anterior)	5,3	3,5	1,4	1,9
Acumulada no Ano (variação no ano com relação ao mesmo período do ano anterior)	5,3	4,4	3,3	2,9
Anual (variação dos últimos quatro trimestres com relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores)	7,5	6,0	3,8	2,9
No Trimestre com Ajuste Sazonal (variação do trimestre com relação ao trimestre imediatamente anterior)	0,3	1,0	0,5	0,1

Fonte: Fundação Seade.

Isso se evidencia a partir do indicador mais comumente utilizado, que é a taxa de crescimento trimestral do PIB, isto é, a variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Partindo de uma variação de 5,3% no início de 2005, essa taxa reduziu-se continuamente: passou para 3,5% no segundo trimestre, 1,4% no terceiro e apresentou pequena recuperação no quarto trimestre, quando atingiu 1,9%.

Na taxa de crescimento acumulada no ano (variação no ano com relação ao mesmo período do ano anterior), a trajetória de queda é suavizada, posto que o indicador dilui a tendência

progressivamente ao longo do ano. Mas também aparece com nitidez, dado que as taxas de elevação do PIB reduzem-se quase à metade no período examinado: iniciou 2005 em 5,3%, passou para 3,3% no terceiro trimestre e encerrou o ano em 2,9%.

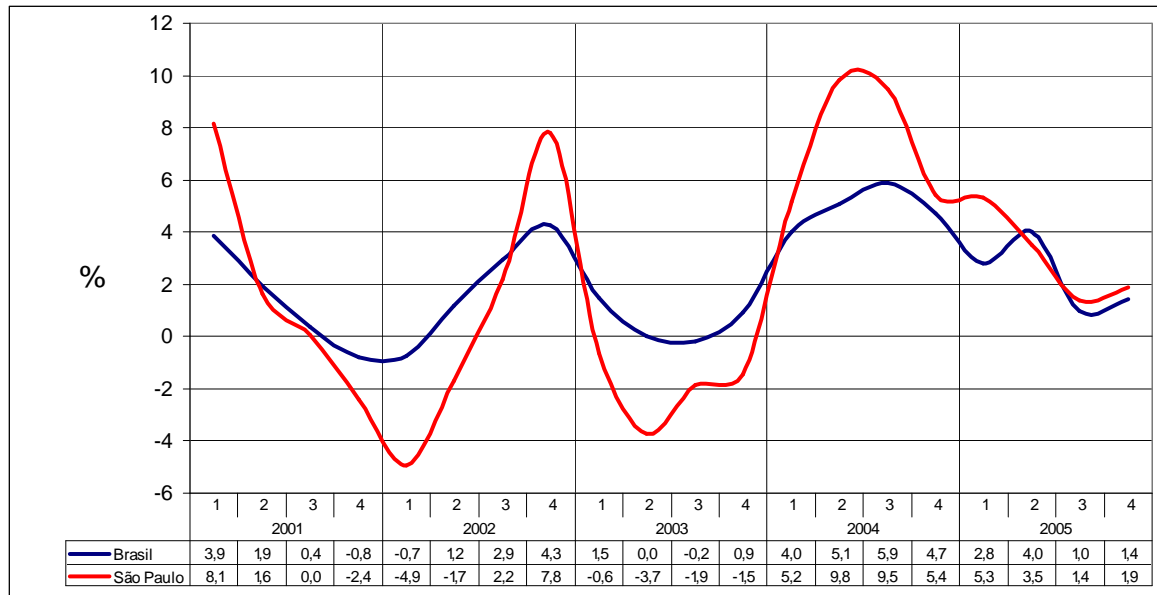
Mesmo na taxa de crescimento anual do PIB, medida pela variação dos últimos quatro trimestres com relação aos quatro trimestres imediatamente precedentes, que tende naturalmente a distribuir a tendência no tempo e portanto a suavizar os movimentos conjunturais, o comportamento é similar: após aumentar nos quatro trimestres encerrados em março de 2005 a uma taxa de 7,5%, a taxa de crescimento acumulada do PIB de São Paulo passou a equivaler a 6,0%, no segundo trimestre; a 3,8%, no terceiro e a 2,9%, no final do período.

Por fim, essa tabela apresenta, pela primeira vez, a taxa de variação do trimestre com relação ao trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal, segundo procedimentos detalhados mais adiante neste trabalho. Na série dessazonalizada, o PIB inicia 2005 praticamente estagnado, uma vez que cresce apenas 0,3% no primeiro trimestre, acelera-se levemente no segundo (quando evolui à taxa de 1,0%), reduz-se novamente no terceiro (0,5%) e no final do ano (0,1%), evidenciando a tendência de desaceleração observada no período mais recente.

3. EVOLUÇÃO RECENTE DO PIB DE SÃO PAULO E DO BRASIL

A análise do comportamento do PIB de São Paulo no contexto nacional pode ser feita a partir de do primeiro trimestre de 2000. Observando-se a taxa de crescimento trimestral, isto é, a variação do trimestre com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, é possível perceber no Gráfico 1 grande similaridade entre o comportamento das duas curvas, no que diz respeito à direção dos movimentos. Com exceção de poucos momentos específicos, o PIB de São Paulo e do Brasil sempre se movimentam na mesma direção. A partir do segundo trimestre de 2005, o PIB nacional, que vinha se desacelerando com mais intensidade que o de São Paulo, passou por uma pequena correção de curso, permitindo a reaproximação do comportamento das duas economias, como pode ser visto nos momentos finais das duas curvas.

**Gráfico 1 - Taxa de Crescimento Trimestral do PIB (1),
Brasil e Estado de São Paulo, 2001 – 2005**



Fonte: Fundação Seade; IBGE.

(1) Variação do trimestre com relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O Gráfico 1 também mostra que, no tocante à intensidade dos movimentos, há um padrão que diferencia o comportamento das duas economias. A de São Paulo costuma exacerbar a dinâmica econômica, crescendo mais depressa nos momentos de aceleração e diminuindo mais fortemente nos períodos recessivos.

Isso pode ser visto com mais clareza a partir de 2003, quando a economia brasileira passou a apresentar grande instabilidade em diversas variáveis macroeconômicas. Deste modo, a aceleração que tem início em 2002, basicamente como uma “recuperação estatística” do declínio gerado pelo “apagão”, atinge seu pico no final do ano, quando São Paulo e Brasil crescem a taxas de, respectivamente, 7,8% e 4,3%. Nesse momento, a economia brasileira sofre brusca desaceleração, chegando, em meados de 2003, ao ponto de mínimo da série, excetuado o período do “apagão”, quando se manteve praticamente estagnada. Porém, no Estado, a retração foi ainda mais intensa, de modo que, no pior momento – segundo e terceiro trimestres de 2003 –, suas taxas de crescimento foram negativas (-3,7% e -1,9%, respectivamente).

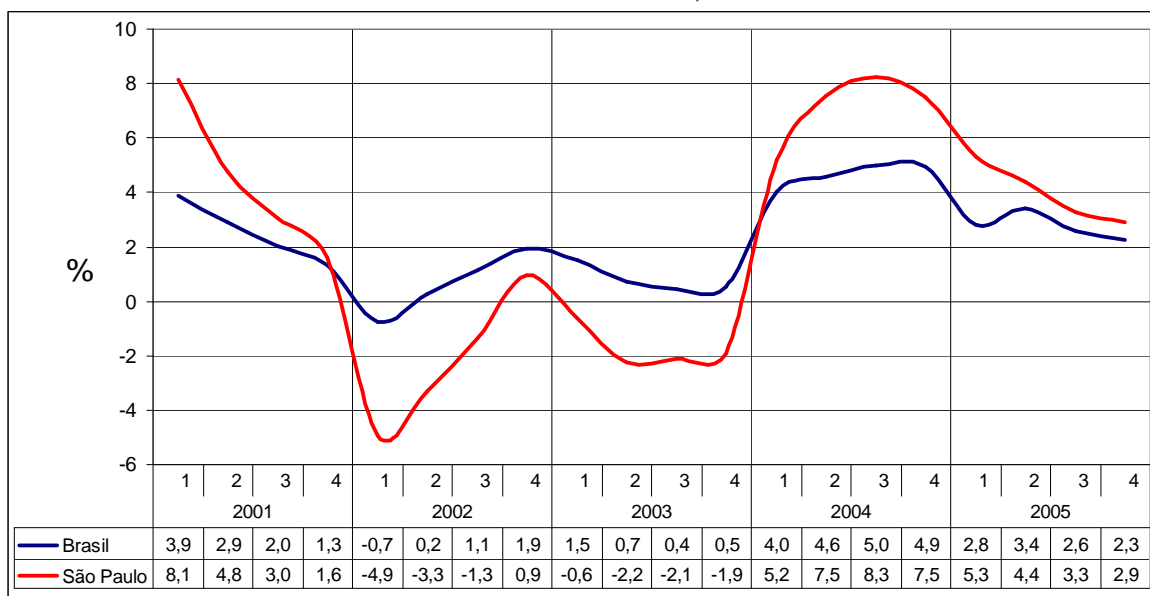
Com a forte aceleração iniciada no quarto trimestre de 2003, a economia brasileira passa todo o ano de 2004 crescendo a taxas situadas entre 4% e 6%. Em São Paulo, esse acréscimo foi ainda

mais vigoroso, chegando, no auge desse movimento (segundo e terceiro trimestres), a taxas próximas de 10%.

Na desaceleração que se segue a partir de então, São Paulo, que parte de um patamar mais elevado, aproxima-se bastante do Brasil em fins de 2004 e ao longo de todo o ano de 2005. Neste ano, as duas curvas chegam ao terceiro e quarto trimestres muito próximas, refletindo um crescimento de 1,4% para o Brasil e de quase 2% para São Paulo, no final do período.

O Gráfico 2 mostra o comportamento da taxa de crescimento acumulado no ano e confirma as conclusões relativas ao indicador anterior. As duas economias se movem conjuntamente, com São Paulo sempre acentuando picos e vales. Deste modo, se o PIB brasileiro apresentou crescimento de 0,5% no acumulado de 2003, o paulista diminuiu 1,9%. Já em 2004, quando a economia brasileira cresceu 4,9%, a paulista expandiu-se a excepcionais 7,5%.

**Gráfico 2 - Taxa de Crescimento Acumulada Anual do PIB (1),
Brasil e Estado de São Paulo, 2001 – 2005**



Fonte: Fundação Seade; IBGE.

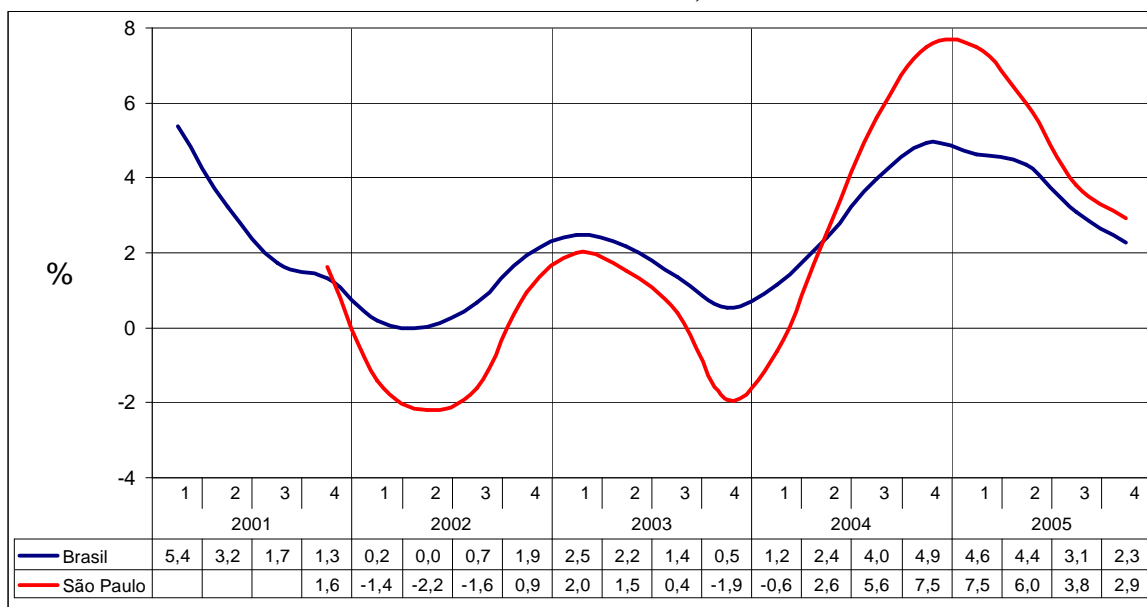
(1) Variação acumulada no ano com relação ao mesmo período do ano anterior.

Cabe acrescentar ainda que, no acumulado de 2005, São Paulo estava crescendo a 2,9%, em comparação com 2,3% do Brasil, em rota de clara aproximação desde o final de 2004.

Para encerrar esta seção, o Gráfico 3 apresenta as taxas de crescimento anual do PIB trimestral de São Paulo e do Brasil, medidas pela variação dos últimos quatro trimestres com relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Esse tipo de indicador, ao suavizar naturalmente a

dinâmica devido à diluição no tempo das variações trimestrais, reforça ainda mais as observações feitas anteriormente.

**Gráfico 3 - Taxa de Crescimento Anual do PIB (1),
Brasil e Estado de São Paulo, 2001 – 2004**



Fonte: Fundação Seade; IBGE.

(1) Variação dos últimos quatro trimestres em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

O primeiro movimento é a desaceleração de 2003, com São Paulo chegando a seu pior momento na virada do ano (decréscimo de 1,9%), enquanto no Brasil o indicador ainda é positivo, embora de magnitude bastante moderada, (0,5%). O segundo movimento refere-se à aceleração que se estende ao longo de 2004, colocando o Estado numa rota de vigorosa elevação até a virada para 2005, quando apresentava crescimento de 7,5%, em relação a 4,9% na taxa nacional.

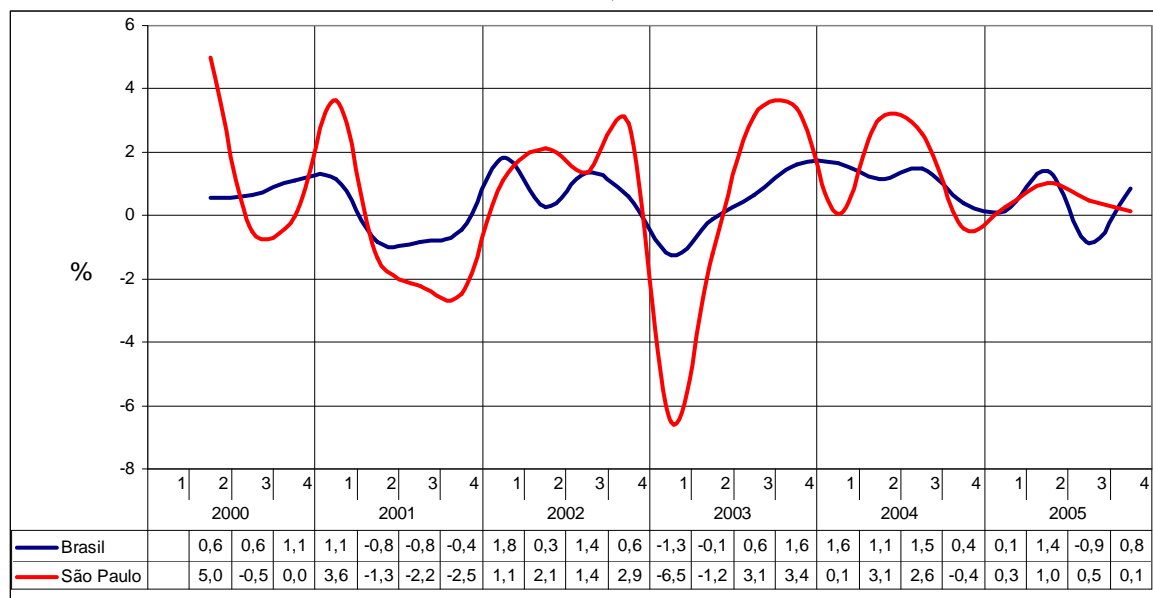
Esse indicador sugere que o desempenho econômico de 2005, tanto nacional quanto paulista, deverá ficar muito abaixo daquele observado em 2004. Revela ainda que, em conformidade com as tendências observadas nos últimos anos, o diferencial favorável a São Paulo, ainda existente, deverá se reduzir bastante: nos dois últimos trimestres a vantagem não atinge sequer um ponto porcentual, bem menos do que os quase três pontos porcentuais do primeiro trimestre.

4. AJUSTE SAZONAL

Pela primeira vez é tornada pública a série ajustada sazonalmente do PIB trimestral de São Paulo. Esta seção é dedicada à apresentação destes resultados, comparados àqueles publicados pelo IBGE para o Brasil, e, mais adiante, dos gráficos que explicitam os efeitos da passagem da série original para a ajustada.

O Gráfico 4 mostra as taxas de crescimento no trimestre com relação ao trimestre imediatamente anterior do PIB de São Paulo e do Brasil, ambos com seus respectivos ajustes sazonais.

Gráfico 4 - Taxa de Crescimento Trimestral do PIB com Ajuste Sazonal (1), Brasil e Estado de São Paulo, 2001 – 2005



Fonte: Fundação Seade; IBGE.

(1) Variação do trimestre com relação ao trimestre imediatamente anterior.

Os resultados são bastante compatíveis com as evidências apresentadas anteriormente: também na margem, o comportamento de São Paulo é muito parecido com o nacional, embora apresente oscilações mais pronunciadas. Diferentemente dos gráficos anteriores, nos quais as tendências se encontram diluídas, aqui é possível notar com maior frequência diferenças no sentido do movimento em alguns momentos. Com o final do ciclo de excepcional crescimento de 2003/2004 é possível, inclusive, notar uma aproximação maior das duas curvas, novamente em consonância com os resultados anteriores. Deste modo, a partir do último trimestre de 2004, quando a economia evoluiu para uma conjuntura menos dinâmica, restabeleceu-se uma convergência em

que as diferenças nas taxas de crescimento trimestral não superam 1%, salvo no terceiro trimestre de 2005, no qual o Brasil apresenta um momento de queda mais pronunciada do que São Paulo, respectivamente 0,9% e +0,5%.

Um ponto em particular, entretanto, merece destaque especial. Trata-se do primeiro trimestre de 2003, no qual a economia paulista sofreu redução de 6,5%, ao passo que a brasileira caiu apenas 1,3%. A diferença de mais de cinco pontos percentuais, sem comparação com qualquer outro momento, pode ser explicada pelo fato igualmente singular de que esse ano começou sob o impacto da mais forte desaceleração conjuntural de toda a década, conforme apontado anteriormente.

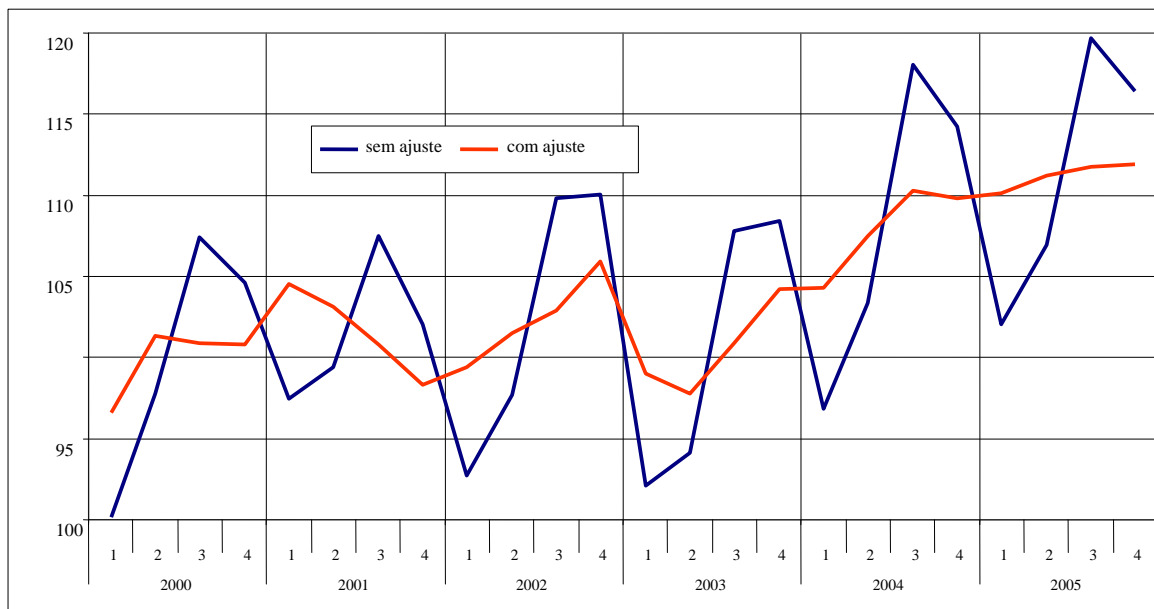
Segundo o modelo estatístico adotado para a dessazonalização da série, o trimestre em questão foi detectado como ponto de mudança de nível da série de valores¹. Observe-se que, também na curva brasileira, esse é o ponto de queda mais pronunciada em todo o período. Uma diferença importante é que o Brasil já acusava sinais de desaceleração no quarto trimestre de 2002 (alta de 0,6% em comparação com 1,4% no trimestre anterior), enquanto São Paulo mais do que dobrou sua taxa de crescimento (elevação de 2,9% em relação aos mesmos 1,4% no trimestre anterior).

O Gráfico 5 superpõe a série original e a ajustada sazonalmente do PIB trimestral de São Paulo, construídas a partir da série encadeada com base em 2000. Ele evidencia a pressão exercida sobre o efeito de ajustamento no primeiro trimestre de 2003: a queda da série original, sem ajuste sazonal, é tão vertical que força uma quebra de tendência na curva dessazonalizada.

Isso pode ser visualizado mais claramente a partir dos próximos dois gráficos, nos quais a curva ajustada é apresentada por meio de seus dois componentes principais, a saber: a tendência subjacente à evolução da curva (Gráfico 6); e o fator de sazonalidade (Gráfico 7).

¹ O modelo adotado para o ajustamento sazonal foi o X12- Arima. Para o ajuste da série de PIB Total foi detectado um *outlier* do tipo LS (*level-shift*) para o primeiro trimestre de 2003.

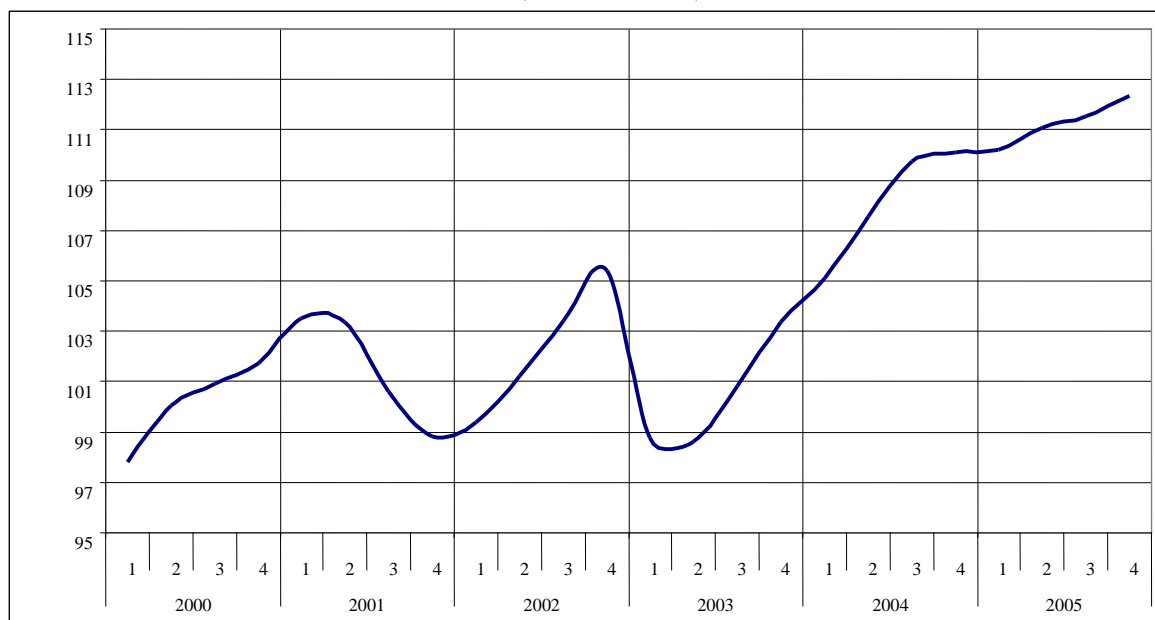
Gráfico 5 - Séries Encadeadas do PIB Trimestral com e sem Ajuste Sazonal, Estado de São Paulo, 2000 – 2005, Base: 2000 = 100



Fo

nte: Fundação Seade.

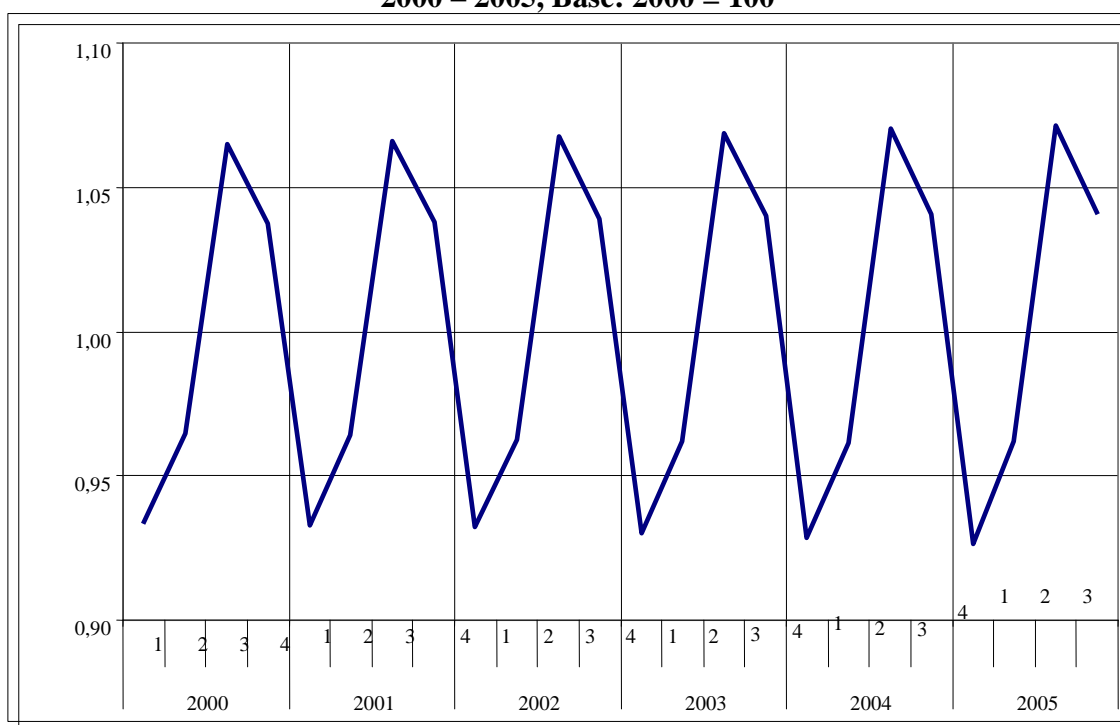
Gráfico 6 - Tendência do Índice do PIB Trimestral, Estado de São Paulo, 2000 – 2005, Base: 2000 = 100



Fonte: Fundação Seade.

O Gráfico 6 mostra que entre 2000 e 2002 não se identifica uma tendência definida, mas um par de oscilações que sugerem que uma possível tendência de alta foi obstruída em 2001, provavelmente como resultado do “apagão”. Após o choque na passagem de 2002 para 2003, ao contrário, desenha-se uma tendência de alta bastante pronunciada, que somente começa a dar sinais de arrefecimento no final de 2004, confirmando conclusões anteriores.

Gráfico 7 - Fatores de Sazonalidade do Índice do PIB Trimestral, Estado de São Paulo, 2000 – 2005, Base: 2000 = 100



Fonte: Fundação Seade.

O Gráfico 7 evidencia o padrão esperado de sazonalidade: início de ano em desaquecimento, aceleração a partir do segundo trimestre, ápice no terceiro e perda de dinamismo no último, fazendo com que o segundo semestre apresente maior dinamismo econômico que o primeiro. O gráfico mostra ainda que o padrão de sazonalidade, apesar das fortes oscilações econômicas antes comentadas, mantém-se bastante estável no período.

5. NOTAS METODOLÓGICAS

A metodologia adotada para o cálculo do PIB trimestral tem como uma de suas diretrizes buscar a maior compatibilidade possível com as das Contas Regionais e do PIB do país, elaboradas pelo

IBGE. No que se refere às Contas Regionais – objeto de parceria entre o IBGE e as instituições estaduais de estatística (a Fundação Seade, no caso de São Paulo) –, a metodologia aqui adotada ainda difere sobremaneira da atual, mas se aproxima consideravelmente daquela proposta para a mudança de base de cálculo e da metodologia dessas contas, cuja implementação está prevista para o final de 2006. Outra preocupação, sempre procurando acompanhar os procedimentos adotados por outros centros de pesquisa, em especial o IBGE, é a dessazonalização dos dados trimestrais, que permite a comparação mais adequada da evolução do PIB entre trimestres consecutivos.

O cálculo do PIB trimestral do Estado de São Paulo é feito a partir da ponderação (que resulta do valor agregado das Contas Regionais Anuais do IBGE) da variação do produto estimado trimestralmente de 11 setores de atividade econômica:

Indústria de transformação: variação mensal da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), segundo agregação para o Estado de São Paulo e ponderação feita pelos resultados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), do IBGE;

Agropecuária: variação mensal da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), variação trimestral da Pesquisa de Abate de Animais, do IBGE, e ponderação entre os diversos produtos feita pela estrutura das Contas Regionais;

Serviços industriais de utilidade pública (SIUP): variação do consumo de energia elétrica, gás e água, com ponderação feita a partir da estrutura das Contas Regionais;

Construção civil: variação do consumo de cimento e variação do pessoal ocupado na atividade segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade, com ponderação feita a partir da estrutura das Contas Regionais;

Comércio: variação da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), com ponderação feita a partir dos resultados da Pesquisa Anual do Comércio (PAC), para São Paulo, do IBGE;

Alojamento e alimentação: variação dos passageiros transportados nos aeroportos paulistas e variação dos autônomos do total de serviços dados pela PED, com ponderação feita a partir da estrutura das Contas Regionais;

Transportes e armazenagem: variação do consumo de óleo diesel, mercadorias embarcadas no Porto de Santos e passageiros desembarcados nos aeroportos de São Paulo, com ponderação dada pela estrutura das Contas Regionais;

Comunicações: variação do número de pulsos da telefonia fixa;

Aluguéis e serviços prestados às empresas: variação do número de imóveis próprios e alugados, dados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), número de consumidores residenciais de energia elétrica e variação das atividades econômicas, com ponderação dada pelas Contas Regionais;

Administração pública: variação dos gastos com custeio e investimento do governo do Estado de São Paulo, deflacionados;

Saúde e educação mercantis: variação do número de internações (SUS) e número de matrículas na rede particular de ensino, com ponderação feita a partir da estrutura das Contas Regionais.

Modelos de Ajuste Sazonal

A sazonalidade é um fenômeno econômico que consiste em variações cíclicas intra-anuais relacionadas a meses ou estações do ano. Séries econômicas de periodicidades mensais, trimestrais ou qualquer outra inferior a um ano apresentam esse componente, o que provoca variações e movimentos sazonais na série que se misturam à tendência. Grande parte dos órgãos oficiais produtores de estatísticas e informações econômicas produz séries ajustadas para a sazonalidade, ou seja, procura por meio de modelos de séries temporais estimar os fatores sazonais e publicar séries de dados dessazonalizadas. Tais séries permitem identificar de forma mais clara a tendência dos fenômenos medidos.

O método X12-Arima é considerado padrão para se ajustar sazonalmente as estatísticas oficiais. Desenvolvido pelo U.S. Census Bureau, incorpora uma série de novas ferramentas que introduzem melhorias em alguns problemas de ajustamento em relação ao seu antecessor, o X11-Arima². Além disso, o programa³ disponível para implementá-lo incorpora uma variedade de novos diagnósticos para auxiliar na detecção e solução de ajustamentos sazonais inadequados e efeitos de calendários. Entretanto, a grande inovação do programa é a inclusão do regArima. Sua inserção permitiu a incorporação de regressores para explicar o comportamento médio da série temporal e um processo Arima na estrutura de covariâncias da série. Isto implica a possibilidade de ajustar modelos que levam em consideração mudanças de níveis da série, efeitos de dias úteis (trading days) e feriados.

² Para mais detalhes, consultar: GEWEKE, J. Revision of Seasonally Adjusted Time Series. *SSRI Report* N° 7822. University of Wisconsin, Department of Statistics, 1978. e DAGUM, E. B. *X-11-Arima/88 Seasonal Adjustment Method – Foundations and Users Manual*. Statistics Canada, 1988.

³ O aplicativo e todos os arquivos de apoio podem ser descarregados a partir de: <http://www.census.gov/srd/www/x12a/x12down_pc.html> Acesso em: 17/1/2006.

O Quadro 1 traz informações adicionais sobre os resultados do procedimento de dessazonalização empreendido para cada um dos 11 setores que compõem o PIB trimestral paulista.

Quadro 1 - Informações dos Modelos Ajustados de Sazonalidade do X12-Arima, segundo Setores de Atividade

Setores de atividade	X12			
	Sazonalidade	Outliers	Transformação	Arima
Administração Pública	Presente	AO-Q1.2001	log	(0 1 1) (0 1 1)
Agropecuária	Presente	TC-Q1.1998	log	(2 1 0) (0 1 1)
Alojamento e Alimentação	Presente	-	-	(2 1 2) (0 1 1)
Aluguéis	Presente	-	log	(0 1 2) (0 1 1)
Comércio	Presente	-	log	(2 1 0) (0 1 1)
Comunicações	Presente	-	-	(2 1 0) (0 1 1)
Construção Civil	Presente	-	-	(0 1 2) (0 1 1)
Indústria	Presente	-	log	(0 1 2) (0 1 1)
Saúde	Ausente			
SIUP	Ausente			
Transportes	Presente	AO-Q3.1991/ AO-Q1.1998	-	(0 1 1) (0 1 1)
Total	Presente	LS-Q1.2003	log	(2 1 0) (0 1 1)